

PONTOGOV

A REVISTA DO MUNICIPALISMO

EDIÇÃO Nº 01 – DEZEMBRO 2025

2025: ANO DA AUSTERIDADE

Juros elevados, desaceleração da economia e instabilidade externa levam os municípios a um ano de forte pressão fiscal.

NOVO FÔLEG NAS FINANÇAS

Promulgação da emenda constitucional 136 marca uma das mudanças mais relevantes na questão das dívidas judiciais do setor público.

A FORÇA DO MUNICIPALISMO

Promovido pela Ampesp, Fomenta 2025 reúne mais de 500 municípios e se consolida como o maior encontro municipalista do país.

KASSAB, O MAGO DA POLÍTICA

Como o presidente nacional do PSD articula a política brasileira, mexe com o tabuleiro e dá passes que até parecem mágica, mas que são jogadas de mestre

SUMÁRIO

NOSSA CAPA



10

Gilberto Kassab

Um líder que, à sua maneira, transforma almoços, pesquisas, planilhas e cafés num método político para estar sempre um passo à frente.

COLUNAS

8 Terra Brasilis
por Adinan Ortolan

40 Entrevista
por Marilene Mariottoni

E MAIS:

21 Prêmio PAR

36 Fomenta 2025

42 Financiamento Sustentável

43 Plataforma conecta municípios

44 Parcerias: Ibrachina e Ibrawork

4 CRISE
Municípios enfrentam ano com estagnação de repasses do ICMS

15 SAÚDE
Municípios enfrentam aumento no diagnóstico de TEA

18 DÍVIDA ATIVA
O que é a securitização e quais seus impactos

22 EDUCAÇÃO
Alteração no ICMS Educacional é resultado da mobilização liderada pela AMPPESP

26 SEGURANÇA
Guardas municipais assumem mais responsabilidades após decisão do STF

30 EC136
Nova emenda altera pagamentos e traz alívio às administrações

35 EXEMPLO
Dalva Christofolletti Paes da Silva é a primeira-dama do municipalismo



Editorial

Ponto Gov: a revista que faltava

A AMPPESP e o Grupo JC de Comunicação se unem para trazer a você, leitor que atua na gestão pública, um novo meio de comunicação para suprir uma lacuna de informação no setor. Inicialmente voltada para a área de abrangência da AMPPESP — as pequenas e médias cidades do Estado de São Paulo —, a Revista Ponto Gov tem a ambição de alcançar outros Estados da federação e outras esferas do poder público, não se limitando apenas ao executivo e legislativo municipais.

No entanto, antes de dar asas à nossa ambição, a Ponto Gov quer fazer bem-feita a cobertura dos assuntos de interesse dos 634 municípios que têm até 500 mil habitantes e são a área de atuação da AMPPESP.

Responsável por cuidar de parte da vida de 27,4 milhões de paulistas, essas cidades possuem riquezas culturais, políticas e econômicas enormes e são responsáveis por uma parte significativa do PIB brasileiro.

De uma forma leve, descontraída e focada naquilo que realmente importa para o gestor público administrar seu município e ficar por dentro da vida política do Estado, a linha editorial da revista vai atrair seu interesse do começo ao fim.

A aliança de uma instituição séria como a AMPPESP, com quase 40 anos de atividades e respaldada por uma diretoria formada por 64 pessoas, sendo 49 prefeitos em exercício, com uma das mais sólidas redes de comunicação do interior de São Paulo, que é o Grupo JC de Comunicação de Rio Claro, que conta com o Jornal Cidade, com mais de 90 anos de existência, e responsável pela impressão de dezenas de jornais de todas as partes do Estado e pela Rádio JC-FM — 89,1, traz ao leitor a segurança de uma linha editorial independente.

Num momento de comunicação digital, optamos por uma revista impressa, sem deixar de lado os

canais digitais. Mas essa opção não tem nada de saudosismo. É uma estratégia para que o leitor das mais diversas idades e localidades possa ter acesso à uma comunicação de qualidade e para que essa comunicação não se perca em likes e na multiplicidade de informações que circulam nas redes sociais.

Final, ninguém resiste a uma bela revista deixada na mesinha da sala de recepção de uma autoridade.

Ponto Gov chegou para ficar.
Boa leitura.

Municípios enfrentam 2025 como o ano da crise fiscal

Estagnação dos repasses do ICMS pressiona orçamentos municipais e expõe fragilidades estruturais das cidades de pequeno e médio porte

Vivian Guilherme

A principal receita dos municípios paulistas, a cota-parte do ICMS, entrou em 2025 praticamente estagnada. O cenário contrasta com os dois anos anteriores, quando as prefeituras ainda colhiam os efeitos da recuperação pós-pandemia e do ciclo de alta arrecadação estadual. Agora, com juros elevados, desaceleração da economia e instabilidade externa, os municípios enfrentam um ano de forte pressão fiscal.

De acordo com levantamento da AMPESP, com base nos dados da Secretaria da Fazenda e Planejamento, entre janeiro e outubro de 2025 foram transferidos R\$ 38,73 bilhões aos municípios paulistas. No mesmo período de 2024, o valor foi de aproximadamente R\$ 35,6 bilhões. Em números absolutos, houve um aumento nominal de 8,8%, avanço que acompanha quase exatamente a

soma do PIB e da inflação no período.

É esse o ponto que preocupa as prefeituras: quando cresce apenas no ritmo da economia e dos preços, o repasse não gera ganho real. Com isso, os municípios vivem uma fase em que a principal receita se mantém parada enquanto os custos sobem em ritmo contínuo.

Custos crescentes pressionam orçamentos municipais

A estagnação do ICMS não seria tão grave se as despesas municipais estivessem controladas, mas o movimento é o oposto. A folha de pagamento, que em muitas cidades representa cerca de 50% do orçamento, segue crescendo acima da inflação devido a anuênios, quinquênios, progressões automáticas e reajustes concedidos em ano eleitoral. A Saúde continua sendo a área de maior pressão: consumo de insumos, medica-

mentos e serviços especializados aumentou de forma expressiva no pós-pandemia.

Além disso, responsabilidades estaduais têm sido absorvidas pelos municípios. A ampliação das Guardas Municipais, da Atividade Delegada e ações de segurança pública pressionam ainda mais os gastos locais.

Diante desse cenário, a AMPESP recomenda cautela. "Recomendamos aos municípios paulistas muita parcimônia nos gastos, especialmente adiando a contratação de novos servidores, controlando as horas extras e evitando a concessão de benefícios", afirmou o presidente da entidade, Adinan Ortolan.

Questionada sobre uma expectativa de retomada do crescimento da arrecadação de ICMS em 2026, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do estado de São Paulo informou que "não se manifestará sobre o tema neste momento". ▶



Quando a queda chega na ponta: a realidade dos municípios

Holambra: crescimento insuficiente frente aos custos

Holambra registrou aumento de 15,5% na arrecadação de ICMS no acumulado de janeiro a setembro, em comparação com o mesmo período de 2024. O prefeito Fernando Capato afirma que, apesar do crescimento, o avanço não tem sido suficiente para equilibrar as contas municipais.

“O crescimento não tem sido suficiente para suprir os elevados reajustes observados em valores de serviços e insumos, bem como a sobrecarga de atribuições impostas aos municípios. Os desafios, sobretudo na Saúde, têm sido grandes e demandado cortes em diferentes áreas da administração”, explica o prefeito.

Para ele, a oscilação do ICMS observada em todo o estado acende um alerta: “A alta nos custos tem impactado fortemente a realidade da gestão municipal.”

O prefeito de Holambra,
Fernando Capato
Foto: Divulgação



Descalvado: crescimento abaixo da inflação obriga contingenciamento

Descalvado teve crescimento acumulado de 2,99% na receita total entre janeiro e novembro de 2025, percentual abaixo da inflação e inferior ao previsto na LOA.

Com isso, a instabilidade afetou principalmente a área de Obras e Investimentos. “Em Saúde e Educação, o impacto foi indireto. A inconstância na entrada de recursos dificulta a programação de compras e o planejamento de melhorias de médio e longo prazo”, explica o prefeito Luís Guilherme Panone.

A administração adotou medidas imediatas. “Desde o início do exercício, realizamos cortes de gastos e replanejamento orçamentário, renegociação de contratos e devolução de imóveis locados. Também editamos um decreto de contingenciamento de despesas discricionárias para garantir que o caixa feche o ano de forma positiva”, afirma.

Paralelamente, o município buscou novas receitas. “Implantamos o REFIS para captação de receita compensatória da dívida ativa, essencial para fornecer liquidez e absorver o impacto da arrecadação inferior à prevista.”

O prefeito de Descalvado,
Luís Guilherme Panone
Foto: Divulgação

Macatuba: gestão conservadora evita impactos

Macatuba conseguiu atingir 99,65% da previsão de ICMS para o período: “Receita prevista para o período: R\$ 24.438.006,60. Receita arrecadada no período: R\$ 24.353.494,98.”

Segundo o prefeito Anderson Ferreira, nenhuma área sofreu impacto negativo. “Pelo contrário, houve ampliação dos investimentos, especialmente em saúde e educação.”

Mas essa estabilidade não veio por acaso. “A principal medida adotada pela Prefeitura tem sido a prudência na elaboração do orçamento, considerando o cenário macroeconômico e as possíveis alterações decorrentes das reformas na legislação tributária.”

O prefeito de Macatuba,
Anderson Ferreira
Foto: Divulgação



Santa Maria da Serra: superávit que não resolve

O município registrou leve superávit, mas insuficiente para compensar as pressões. “No ano de 2025 tivemos um pequeno superávit na arrecadação, porém as necessidades de investimentos de custeio e outras ações vêm consumindo todo o nosso equilíbrio financeiro”, disse o prefeito Josias Zani Neto.

O gestor destaca um impacto em todas as áreas. “Todas as áreas estão sendo prejudicadas devido à impossibilidade de ampliarmos os investimentos de obras e equipamentos ou mesmo novos projetos.”

Para minimizar os efeitos, a solução foi múltipla. “A Prefeitura vem realizando essas três ações: cortando gastos desnecessários nos programas e obras, replanejando as despesas orçamentárias e buscando recursos em todas as formas.” ■

O prefeito de Santa Maria da Serra,
Josias Zani Neto
Foto: Divulgação





Coluna: Terra Brasilis

Adinan Ortolan

EFEITO COLATERAL

A decisão do STF de pacificar a posição de que as Guardas Municipais são órgãos de segurança pública, validando as ações de policiamento feitas pelos GCMs, provocou um efeito colateral: a obrigatoriedade do Ministério Público de fiscalizar as guardas municipais.

EFEITO COLATERAL II

Agora, os Ministérios Públicos estão exigindo das Prefeituras a criação de estatutos específicos das Guardas Municipais, a existência de corregedorias, programas de treinamento e planos de carreira. Com isso, o custeio na área de segurança nos municípios deve aumentar sobremaneira.

FILME ANTIGO

Os municípios já assistiram a esse filme ao assumirem a educação e a saúde nos anos 90. A única diferença é que o FUNDEB e o SUS garantem o financiamento de uma parte do custeio. No caso da segurança, os custos serão 100% dos recursos municipais.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Entre os prefeitos paulistas, está havendo uma preocupação muito grande com a Reforma Tributária. Porém, as mudanças na distribuição dos recursos serão bastante graduais. As receitas atuais estão garantidas pelos próximos 30 anos. Para municípios que são grandes arrecadadores, esse prazo aumenta para 50 anos.

REFORMA TRIBUTÁRIA II

Se não fosse isso, quem mais perderia seriam as cidades pequenas de São Paulo, que, comparativamente ao restante do País, arrecadam bastante. Na nova regra, 80% do repasse será baseado na arrecadação e 10% nos resultados educacionais. Mas o período de transição garante que nenhuma cidade terá queda na arrecadação no período.

KASSAB

A primeira edição do Ponto Gov tem o presidente do PSD, Gilberto Kassab, como capa. Afinal, o político é uma das figuras mais importantes da política brasileira hoje e tem um faro político invejável. Uma das anedotas nos meios políticos é que, no dia do apocalipse, você não precisa se preocupar: é só ir para o lado que o Kassab for que dará tudo certo.

XADREZ

Uma das decisões políticas mais importantes será a do governador de SP, Tarcísio de Freitas. Se ele decidir ser candidato à presidência, vai mexer com Alckmin, Ricardo Nunes, Kassab e André do Prado, ou seja, PT/PSB, MDB, PSD e PL.

XADREZ II

De alguém que entende do riscado, essa decisão de Tarcísio passa por duas equações que serão definidas pós-carnaval: a situação emocional de Bolsonaro e a popularidade de Lula.

FATOR VICE

Caso Tarcísio opte por concorrer ao Planalto, quem assume o Governo do Estado no final de março é Felício Ramuth (PSD). E Felício não será um Cláudio Lembo, vice-governador de Alckmin, que assumiu o Governo de SP em 2006 numa transição para José Serra.

PL 748

Através de uma iniciativa da AMPPESP, apadrinhada pelo deputado Itamar Borges e por mais 18 deputados estaduais, está tramitando na ALESP um projeto que regulamenta os convênios para cessão de funcionários e pagamento das despesas dos órgãos estaduais do Poder Executivo e Judiciário que são assumidas pelos municípios. Se aprovado, as despesas que os municípios têm terão que ser ressarcidas pelos órgãos estaduais. O projeto já teve parecer favorável de constitucionalidade do relator Altair Moraes (Rep).

ALGUÉM CONHECE

Alguém conhece alguma Prefeitura que não cede funcionários para a justiça, delegacias de polícia, escolas estaduais e para manter em funcionamento órgãos estaduais e federais em alguma cidade paulista? São milhões de reais gastos anualmente e que fazem falta aos cofres públicos municipais. ■

O CRÉDITO QUE DESENVOLVE O SEU MUNICÍPIO

Conheça as opções de
crédito da Desenvolve SP
para o seu município:



Saneamento
básico



Iluminação
pública



Geração de
energia solar



Distritos
industriais



Máquinas e
equipamentos



Cidades
inteligentes



Prédios
públicos



Infraestrutura
resiliente



Obras de
pavimentação



Ciclovias



Reflorestamento



Maiores infraestrutura inclusiva,
de saúde, educação
e assistência social

Consulte o limite pré-aprovado para a sua cidade

Basta escanear o QR Code ou acessar o site

<https://desenvolvesp.govfacil.app/limites-e-taxas/>



Fale conosco: negocios.publico@desenvolvesp.com.br

 **DESENVOLVE SP**
A AGÊNCIA DO EMPREENDEDOR

 **SÃO PAULO**
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

Kassab, o mago da política

Um líder que, à sua maneira, transformou almoços, pesquisas, planilhas e cafés num método político para estar sempre um passo à frente.

Lucas Calore

Há anos que um nome permeia a política brasileira, mas que de algum tempo para cá tem se sobressaído ainda mais nas rodas de conversa dentro e fora dos espaços de poder: Gilberto Kassab. O presidente nacional do PSD tem alçado rumo a uma conquista histórica do partido nas prefeituras brasileiras — mas ainda mais em cima da política e democracia do Brasil.

Na última eleição municipal, em 2024, o partido conquistou a prefeitura de 887 municípios brasileiros, sendo cinco capitais, o que representa aumento de quase 35% se comparado ao resultado da eleição anterior, quando a legenda havia sido eleita em 662 cidades. São mais de 37 milhões de pessoas sob o comando do PSD de Kassab, uma rede de influência política tecida com precisão quase alquímica. Parte deste sucesso se dá em território paulista: 208 prefeituras estão sob o mesmo "manto" do partido.

Ao longo do tempo, Kassab mostra e difunde a ideia de que os desafios das cidades não são ideológicos, mas práticos e objetivos. E que, para isso, o Centro é sua fórmula política, uma espécie de "feitiço" de equilíbrio que ele afirma garantir ação e resultados concretos para a população.

Na bola de cristal que tudo vê, Kassab tem ao seu lado nomes como Ratinho Júnior, governador no Paraná, e Fábio Mitidieri em Sergipe; prefeitos de capitais como Rio de Janeiro, com Eduardo Paes; Curitiba, com Rafael Greca e seu vice-prefeito Eduardo Pimentel; Florianópolis, com Topázio Neto; Fuad Noman, em Belo Horizonte; e Eduardo Braide, em São Luís.

Foto: Ricardo Fonseca

Uma bancada com 15 senadores, entre eles Rodrigo Pacheco, que estava como presidente do Congresso Nacional até 2024; 45 deputados federais; e, até poucas semanas atrás, os ministros Alexandre Silveira, de Minas e Energia; André de Paula, da Pesca; e Carlos Fávaro, da Agricultura — todas peças centrais em seu extenso tabuleiro político.

Quem conhece Kassab de perto sabe que um dos seus mantras na "magia da política" é trabalhar em anos ímpares para colher resultados nos anos pares. Essa habilidade não surgiu por acaso. E quem está ao seu lado há bastante tempo sabe. Tudo foi construído em décadas de experiência e sobrevivência política, começando pela época em que foi vereador pelo PL na capital paulistana no início da década de 1990.

Em seguida, ele passou a atuar como secretário de Planejamento no governo Celso Pitta, no auge da crise política na Prefeitura de São Paulo. Foi ele quem articulou e participou ativamente do movimento "Reage, Pitta", que tentava sustentar a gestão abalada do então prefeito daquela época, mostrando o poder de reverter crises em oportunidades.

Em meio a este posto "articulador", já com o nome em ascensão, foi no final de 1998 que a primeira grande virada de chave da sua carreira política aconteceu. Kassab foi eleito deputado federal pelo PFL com quase 93 mil votos. Em 2003, foi reeleito com quase três vezes mais votos que antes. Nesta fase, uma nova virada: ele não terminou o mandato para que, em 2004, disputasse como candidato a vice-prefeito na chapa com o cacique José Serra (PSDB) à Prefeitura paulistana.

E novamente foi eleito, assumindo o cargo em 2005, derrotando a então candidata à reeleição, Marta Suplicy (PT), prefeita na época, e Paulo Maluf (PP), outro nome de cacique político que acabou

perdendo a vez diante das denúncias que "queimaram seu filme" na ocasião. Serra fez, segundo grandes nomes da política e dos próprios cidadãos da capital, um mandato tão bom que logo o catapultou para o Governo do Estado de São Paulo, sendo eleito no primeiro turno.

Com isso, a Prefeitura de São Paulo, maior cidade da América Latina, caiu nas mãos de Kassab naturalmente. Enquanto prefeito, lançou o polêmico (mas extremamente elogiado) programa Cidade Limpa e se reelegeu em 2008 com a vice Alda Marco Antônio pelo recém-renomeado Democratas (DEM), após defender a modernização do antigo PFL, derrotando novamente Suplicy na disputa.

Mais adiante, reinventou-se mais uma vez em, talvez, seu truque político mais ousado. Insatisfeito com os rumos do DEM, criou o PSD, partido que hoje ocupa o centro do tabuleiro nacional. Desde então, Kassab passou a atuar nos bastidores como mestre das costuras políticas, apoiando governos de Dilma Rousseff e Michel Temer e defendendo a estabilidade institucional acima da polarização — tão discutida até hoje desde a saída de Rousseff do poder.

Na última eleição presidencial, optou pela neutralidade, mas manteve influência direta no Estado de São Paulo, onde é secretário de Governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos), posição que o torna o principal articulador entre o Palácio dos Bandeirantes e os municípios paulistas.

Kassab consolidou-se como um estrategista de bastidor, um "mago" que domina o tempo e o ritmo da política, capaz de transitar entre polos opostos sem perder o fio de sua narrativa. Com um olhar clínico para o poder e uma impressionante capacidade de articulação, segue sendo uma das figuras mais influentes e enigmáticas da política brasileira contemporânea. ►

Foto: Ricardo Fonseca

Palavra, lealdade e generosidade

Carlos Takahashi conheceu Gilberto Kassab em 1992, quando ambos disputavam vagas na Câmara Municipal de São Paulo — ele pelo PPS, Kassab pelo PL. “Corríamos os comícios da cidade apoiando Maluf. Kassab me chamou a atenção: era um ‘CDF’, magro, alto, de óculos fundo de garrafa”, recorda. Nascia ali uma amizade que atravessaria governos, lendas e embates políticos.

O convívio estreitou-se nos anos seguintes, já no PFL, quando se encontravam nos bastidores políticos do Jockey Club. Kassab virou deputado estadual. Passado um tempo, num convite, levou Takahashi junto quando assumiu a Secretaria de Planejamento na gestão Celso Pitta. “Fui assessor especial para assuntos intermunicipais. O chefe de gabinete era o Rodrigo Garcia, que viria a ser governador”, recorda-se.

Vieram novos capítulos: vice-prefeito com Serra, o PSD, o ministério de Dilma, depois o de Temer. “Em Brasília, fui chefe de gabinete dele no Ministério da Ciência e Tecnologia até 2018”, explica. No retorno a São Paulo, Doria nomeou Kassab para a Casa Civil e lá “Taka” estava junto. Mais tarde, Tarcísio os reuniria novamente, agora na Secretaria de Governo. “Passei tanto tempo assinando papel que pedi para atender gente. E é o que faço há dois anos”, fala com orgulho.

Nos bastidores, todos sabem: onde está Kassab, o Taka também está. Entre as virtudes que enumera sobre o amigo-político, Takahashi é categórico: “Kassab tem palavra. O que conversa hoje vale pela vida inteira. É leal, mantém compromissos até o fim e é generoso. Nunca deixa ninguém para trás, ao relento”, garante.

Nos palácios do poder, Takahashi diz que o político metódico dá lugar ao homem de bom humor. “As pessoas acham que ele é altivo, uma pessoa séria — é sério como homem público, mas vive fazendo piadas. O seu bom humor é extraordinário, nunca perde chance de piada e de fazer anedotas. Fui uma das vítimas. Ele que inventou o apelido ‘Taka’”, revela.

Em 2008, na campanha vitoriosa à reeleição, o assessor vestiu a fantasia inflável do “Kassabinho”, mascote da campanha. “As crianças faziam fila para tirar foto. Foi uma festa.” Hoje, novamente ao lado do mago da política, Takahashi mantém o mesmo tom de devoção. “De fim de semana ele não desliga, responde tudo, é atencioso, acessível”, conta. Trinta anos depois, a trajetória dos dois parece escrita naquelas três palavras que Takahashi repete como uma profissão de fé: palavra, lealdade e generosidade.



Dos cafés à leitura do futuro

O prefeito de Rio Claro, Gustavo Perissinotto, é um dos tantos chefes de municípios que governam em nome do PSD. Atualmente em seu segundo mandato, o prefeito reeleito com expressiva votação conheceu Gilberto Kassab em 2016, quando travava sua primeira disputa eleitoral em Rio Claro. À época, o PSD, então um partido pequeno na cidade, foi procurado por diversos grupos políticos. Mas Kassab, mesmo sem conhecê-lo pessoalmente, deu um passo “mágico” e decidiu apoiar Gustavo após ouvir lideranças locais e avaliar pesquisas.

“Ele tem essa capacidade de ligar para duas ou três pessoas-chave, entender o cenário e tomar a decisão certa”, lembra. Esse primeiro gesto, feito à distância, abriu uma relação que se consolidaria no início de 2017, quando Kassab o recebeu em seu apartamento em São Paulo e o convidou a filiar-se ao PSD.

A partir dali, Gustavo diz ter descoberto traços que considera raros na política. O primeiro deles é a visão estratégica: Kassab lê cenários futuros com precisão. O prefeito diz que o padrinho político trabalha compulsivamente com pesquisas, conversa com as bases, cruza informações e antecipa movimentos. “É muito difícil acertar prognósticos na política. E ele acerta”, afirma o prefeito. Essa leitura de longo prazo foi determinante para que Kassab o incentivasse a seguir em disputas e mantivesse sua candidatura quando outros tentaram derrubá-la.

Outra característica marcante do presidente nacional do PSD, segundo Gustavo, é a palavra. “Se ele diz que vai fazer, ele faz”, afirma. O convívio ampliado revelou também um Kassab de hábitos simples e rotina intensa. Ele faz política “24 horas por dia”, usando cafés da manhã, almoços e jantares como espaço de trabalho, como se habitasse um fuso horário particular da política brasileira.

Além das reuniões, as ligações telefônicas quase constantes são francas e objetivas. Muitas vezes, na casa do próprio Kassab, que recebe prefeitos, deputados e dirigentes com naturalidade, acontecem laboratórios de estratégias políticas. “Ele não tem tempo ocioso”, diz Gustavo. “Aproveita cada minuto”, acrescenta.

Apesar da imagem pública de seriedade, há outra face que poucos conhecem: o humor constante, que Taka também reiterou anteriormente. “Quem convive percebe o quanto ele é humano, acolhedor, transparente. Ele é muito transparente nas ações dele. Isso não significa que ele seja previsível. É diferente. É no ponto de vista de ser uma pessoa que faz as coisas serem muito simples. Às vezes, o óbvio na política precisa ser dito, e às vezes o óbvio é o que mais funciona”, conclui.

Visionarismo e acolhimento

O deputado federal Saulo Pedrosa dá a Gilberto Kassab os créditos por ter sido candidato ao cargo. Eles se conheceram na fundação do PSD, quando ajudou na coleta de assinaturas e na montagem das nominatas no interior de São Paulo. Pedrosa diz que já sabia de sua projeção nacional, mas só no contato pessoal passou a enxergar o que não aparece nos retratos públicos.

“O presidente Kassab, mais que liderança, é um visionário, apaixonado pela política do país”. Ali começava não apenas uma relação partidária, mas um vínculo de convivência. “É um grande amigo, aliado de primeira hora, um

companheiro não só de partido, mas de vida”, acrescenta.

Saulo descreve um traço que, segundo ele, define o atual secretário estadual: a disponibilidade permanente. Kassab, afirma Pedrosa, “está à disposição 24 horas por dia para conversar, aconselhar, ajudar a enfrentar os desafios” dos aliados nas regiões onde atuam. Essa presença consolidou, na percepção do deputado, uma imagem quase unânime entre os que convivem com o líder. “Mais do que aliado e parceiro comum de uma agremiação partidária, é um grande conselheiro, um grande líder”, diz o deputado.

O momento decisivo da relação veio quando Saulo, ex-prefeito de Atibaia, avaliava que o caminho natural seria disputar uma vaga de deputado estadual. Foi então que, num bate-papo informal, Kassab o surpreendeu: “Olha, o país está carente de novas lideranças, passando por processo de oxigenação... Por que não arrisca a deputado federal?”. Saulo tomou um susto. A região tem limitação populacional, e o movimento destoava da lógica eleitoral. Mas Kassab insistiu que ele estava “preparado para representar não só a região, mas o Estado em Brasília”. E assim foi eleito à Câmara dos Deputados.

Para o deputado, essa passagem resume uma característica central: Kassab tem “esse olhar do futuro”, capaz de escolher em momentos-chave — algo sempre reiterado por demais aliados. Apesar da imagem pública da figura séria que todos ressaltam, Saulo destaca outra camada, mais íntima. “O lado mais humano de ser amigo, para qualquer momento e qualquer hora”. Muitos, diz ele, veem Kassab como alguém “mais frio, não tão emotivo”. Mas quem convive percebe o contrário: “Para todos nós, é um grande paizão”, finaliza. ►



Gestão, educação e lealdade

Marcos Penido entrou pela primeira vez no círculo de Kassab em outubro de 2006, quando ainda era superintendente de obras da CDHU. O então presidente do órgão, Marcelo Branco, fora convidado para a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, também presidiu a Emurb e levou Penido consigo, apresentando-o ao prefeito.

Kassab o recebeu “de braços abertos”, dizendo já conhecer seu histórico. Para um profissional com 21 anos de carreira, assumir a secretaria-executiva de obras da maior capital do país era mais que uma promoção. Era, como lembra, “um momento especial em que as portas se abriram” de forma decisiva.

A parceria rendeu um período de obras monumentais: 23 CEUs, dezenas de escolas, piscinões, o hospital do M’Boi Mirim, o dique do Jardim Helena. Penido recorda essa fase como um tempo de grande intensidade. Kassab, diz ele, é “empreendedor”, sempre disposto a avançar em grandes intervenções urbanas e guiado por uma convicção social firme.

“Ele fazia questão de que as escolas municipais tivessem padrão equivalente ao da rede particular, preocupado com qualidade, impacto e transformação. Era um gestor que, mesmo sem trajetória



originária em educação, demonstrava olhar profundamente voltado ao social”, diz Penido, que associa a questão à formação familiar de Kassab.

Os caminhos profissionais se separaram em 2011, quando Penido assumiu a Secretaria Estadual de Habitação no governo Alckmin, mais tarde atuando também na gestão Rodrigo Garcia. Mas a relação com Kassab permaneceu intacta.

E foi justamente essa continuidade que reapareceu na transição do governo Rodrigo para o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos), quando Kassab pediu que Penido voltasse a trabalhar ao seu lado. Para ele, o gesto sin-

tetiza uma marca: “A lealdade é uma das grandes características dele”, garante.

Nesse universo em que Kassab é descrito pelos aliados como uma espécie de mestre na magia da política, Penido destaca dois elementos. Primeiro, o valor que Kassab atribui às amizades. O segundo, a capacidade única de abrir portas. “Onde vamos e falamos que trabalhamos com o Kassab, as portas se abrem, ninguém as fecha”, resume. O nível de relacionamento do secretário, diz ele, é algo que nunca viu em ninguém. Na leitura de Penido, não há “mágicas”, mas um papel de gestor, lealdade e um senso de missão social no perfil de Kassab. ■



Municípios enfrentam aumento no DIAGNÓSTICO DE TEA e estruturam novas políticas de atendimento

Gestores relatam aumento acelerado de diagnósticos, pressão sobre redes de saúde e educação e a necessidade de criação de modelos intersetoriais em cidades paulistas



Foto: Divulgação



Guilherme de Almeida, presidente da Autistas Brasil, explica desafios e riscos relacionados ao diagnóstico de autismo no Brasil

O crescimento do número de diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil tem pressionado os municípios, sobretudo os de pequeno e médio porte, a reorganizar serviços e repensar o formato de atendimento. A alta na procura por terapias, avaliações e apoio educacional tem exigido respostas rápidas e alinhamento entre Saúde, Educação e Assistência Social.

Segundo Guilherme de Almeida, autista, pesquisador da Unicamp e presidente da Autistas Brasil, o fenômeno é complexo. “O aumento dos diagnósticos de autismo no Brasil expressa um fenômeno ambíguo. Por um lado, revela que a sociedade começa a enxergar o que

sempre existiu. Mas é preciso afirmar com clareza: há um problema grave em curso. O país vive, ao mesmo tempo, situações de subdiagnóstico e de diagnósticos equivocados.”

Ele explica que mulheres, pessoas pretas e pardas ainda são subdiagnosticadas, enquanto cresce a emissão de laudos superficiais. “De um lado, há milhares de pessoas autistas que seguem invisíveis. De outro lado, cresce o número de laudos emitidos de forma irresponsável, muitas vezes após uma única consulta — e, não raro, uma única consulta por teleatendimento. Trata-se de um fenômeno alimentado por imperícia e mercantilização do diagnóstico.”



Pressão sobre municípios e aumento na procura por terapias

Com mais diagnósticos, cresce também a demanda por atendimentos clínicos e pedagógicos. Muitas cidades não possuem estrutura suficiente para absorver o aumento.

Em Iepê, no oeste paulista, a prefeita Marta Costa afirma que o município tem trabalhado para ampliar o atendimento por meio da contratação de psicólogas e da busca por recursos para implantar uma sala sensorial. Durante evento realizado pela AMPPESP, ela ressaltou que municípios pequenos enfrentam limitações de serviços especializados e restrições financeiras, o que exige criatividade e parcerias para atender a demanda crescente.

Para Angelita Meneghin Ortolan, diretora estadual de Educação da AMPPESP, os desafios afetam toda a rede municipal. “É imprescindível investir ainda mais em acessibilidade, além da implantação de salas de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado, o AEE. Outro ponto fundamental é a formação dos profissionais. Precisamos garantir que professores e equipes estejam preparados”, afirma.

Ela lembra que as ações têm impacto direto no orçamento. “Como somos responsáveis pela oferta da educação básica, todas essas adequações precisam ser cuidadosamente planejadas.” O Fundeb, segundo Angelita, tem sido um apoio importante devido ao fator de ponderação maior para estudantes da educação especial.

“Os municípios têm um grande desafio pela frente. É imprescindível investir ainda mais em acessibilidade, como rampas, banheiros adaptados, sinalização adequada e mobiliário acessível, além da implantação de salas de recursos multifuncionais ou espaços específicos para o Atendimento Educacional Especializado, o AEE.” — Angelita Meneghin Ortolan, diretora estadual de Educação da AMPPESP



Angelita Meneghin Ortolan, diretora estadual de Educação da AMPPESP, destaca os impactos da inclusão no orçamento municipal



Capivari estrutura modelo de atendimento integrado

Entre os municípios que avançaram na organização do atendimento, Capivari é um dos casos apontados pela Autistas Brasil.

O secretário de Educação, José Lucas de Moraes, explica que a intersetorialidade funciona de maneira permanente. “Em Capivari, a articulação entre as áreas de Educação, Saúde e Assistência Social não se apoia em um projeto isolado, mas em uma política pública permanente, orientada por normativas municipais”, afirma.

O modelo é sustentado pelo Serviço Psicossocial da Educação, criado pela Lei Municipal nº 6.013/2019, que regulamentou a presença de psicólogos escolares e assistentes sociais dentro da rede municipal de ensino. “Na prática, isso significa: menos tempo entre a demanda da família e a intervenção especializada; acompanhamento mais próximo da trajetória escolar; compartilhamento de informações entre equipes técnicas; encaminhamentos feitos com mais precisão e menor fragmentação.”

Capivari também adota plano de apoio individual, salas de recursos em todas as escolas, AEE em todas as unidades e articulação contínua com as equipes de Saúde. “O conjunto dessas ações resulta em maior protagonismo e engajamento das crianças; avanço nas habilidades sociais e comunicacionais; intervenções psicossociais mais precisas; fortalecimento do vínculo entre escola e família; respostas integradas que evitam a repetição de atendimentos ou lacunas no acompanhamento”, diz o secretário.

Segundo ele, a sustentabilidade financeira é assegurada com Fundeb e recursos próprios. “O município trabalha com a compreensão de que a inclusão não é uma despesa eventual, mas uma responsabilidade permanente do sistema público de ensino.”

“Capivari adota um modelo de acompanhamento individual que nasce do próprio desenho da política de inclusão. Não se trata de um documento isolado, mas de um modelo de atendimento sustentado por estruturas permanentes.” — José Lucas de Moraes, secretário de Educação de Capivari



José Lucas de Moraes, secretário de Educação de Capivari, explica como o município estruturou o atendimento intersetorial às pessoas autistas

Municípios trocam experiências e buscam organização

O encontro “Gestão do Atendimento do Autismo nos Municípios”, promovido em maio deste ano pela AMPPESP, em parceria com a Prefeitura de Limeira, Autistas Brasil e Undime-SP, reuniu 400 participantes de 63 cidades. O debate destacou a importância da formação continuada, da articulação entre áreas e da definição de responsabilidades nas redes municipais.

Para Angelita Ortolan, “a formação continuada dos gestores e o diálogo entre áreas são fundamentais para garantir um atendimento humanizado e eficaz”.

O presidente da AMPPESP, Adinan Ortolan, reforçou que os municípios precisam buscar alinhamento técnico. A entidade planeja mais seminários específicos para apoiar prefeituras. ■



Dá pra vender DÍVIDA ATIVA?

O que é a securitização e quais seus impactos

Especialistas analisam a dívida ativa dos municípios paulistas e discutem os limites e potenciais da securitização como alternativa de arrecadação e equilíbrio fiscal

A cifra é expressiva: mais de R\$ 90 bilhões estão inscritos em dívida ativa nos municípios paulistas, segundo levantamento recente do Painel da Dívida Ativa, criado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP). O número revela o tamanho de um desafio que cresce ano após ano: a dificuldade das prefeituras, especialmente as de pequeno e médio porte, em recuperar valores que poderiam reforçar o caixa e financiar serviços essenciais.

Na tentativa de modernizar a gestão e ampliar a arrecadação, municípios de todo o país têm buscado alternativas à tradicional execução judicial, um caminho lento e caro, que recupera menos de 2% dos valores ajuizados, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre essas alternativas, a securitização da dívida ativa vem ganhando espaço nas discussões sobre finanças públicas municipais.

Mas, afinal, é possível “vender” a dívida ativa? E quais os riscos e benefícios dessa operação para os cofres públicos?

A dívida que pesa nos municípios

A dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários devidos ao município (como IPTU, ISS, taxas e multas) e formalmente inscritos para cobrança. Em cidades pequenas, ela representa uma parcela significa-



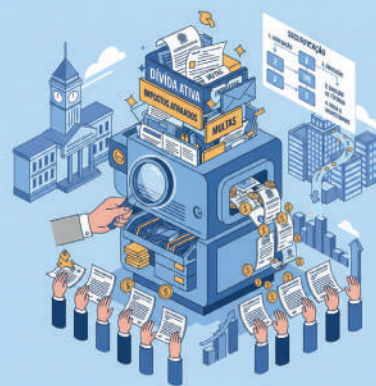
Fernanda Letícia Hebling da Silva, advogada e secretária de Administração e Negócios Jurídicos de Corumbataí (SP), além de diretora jurídica da AMPPESP

tiva da receita potencial, mas a recuperação dos valores é mínima.

“Nos municípios de pequeno porte, a dívida ativa se concentra em pequenas dívidas de IPTU de pessoas físicas, com valores parcelados e contribuintes de baixa capacidade contributiva, e essa característica faz com que o custo administrativo da cobrança seja relevante em relação à dívida a ser cobrada, o que acaba impactando na recuperação dos valores”, explica Fernanda Letícia Hebling da Silva, advogada e secretária de Administração e Negócios Jurídicos de Corumbataí (SP), além de diretora jurídica da AMPPESP (Associação dos Municípios de Pequeno e Médio Porte do Estado de São Paulo).

A advogada aponta que a falta de estrutura técnica e tecnológica agrava o problema. “Muitos municípios ainda lidam com cadastros desatualizados, notificações ineficientes, ausência de sistemas integrados e escassez de pessoal. Isso impede a adoção de rotinas permanentes de cobrança administrativa e judicial, e os valores reduzidos não compensam o custo administrativo da judicialização”, detalha.

O resultado é uma baixa taxa de recuperação que, embora não inviabilize a execução orçamentária corrente, reduz a margem fiscal para investimentos e compromete o planejamento de médio prazo.



O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) realizou, em maio de 2025, um evento com o tema ‘Securitização da Dívida Pública’

Painel da Dívida Ativa e boas práticas de cobrança

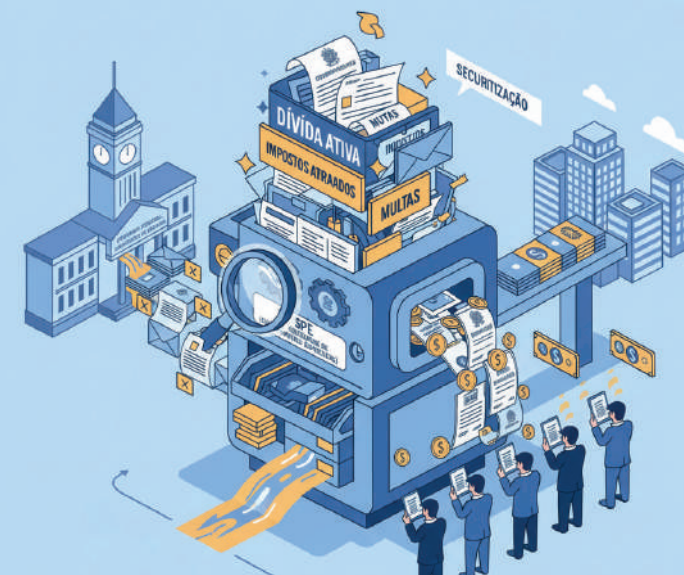
O Painel da Dívida Ativa do TCESP nasceu justamente para diagnosticar e apoiar a gestão municipal nessa frente. Nele é possível consultar o valor inscrito por cidade, a origem dos créditos, o desempenho da cobrança e as ações adotadas pelas prefeituras.

Segundo a procuradora-geral do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Dra. Letícia Formoso Delsin Matuck Feres, a ferramenta tem caráter pedagógico e visa estimular boas práticas. “O objetivo do Tribunal e do Ministério Público de Contas é evidenciar o potencial arrecadatário existente e incentivar os municípios a promoverem a cobrança desses ativos, evitando prejuízos aos cofres públicos”, afirma.

Além do painel, o TCESP elaborou um Manual de Boas Práticas que orienta gestores sobre meios extrajudiciais de cobrança, como protesto em cartório, transação tributária e facilitação de pagamento. “O Supremo Tribunal Federal estabeleceu que o ajuizamento da execu-

ção fiscal depende de prévia tentativa de conciliação ou adoção de meios administrativos. Ou seja, hoje o ente público deve demonstrar que buscou a recuperação extrajudicial antes de recorrer ao Judiciário, sob pena de a ação sequer ser processada”, explica a procuradora.

Os dados iniciais apontam que as medidas extrajudiciais vêm gerando resultados promissores, especialmente o protesto e os acordos diretos com contribuintes, que reduzem custos e aceleram o retorno financeiro. ►



Securitização: alternativa ou armadilha?

A securitização é um mecanismo que permite transformar créditos públicos (como a dívida ativa) em títulos negociáveis no mercado financeiro. Em termos simples, o município cede seus créditos a uma empresa ou fundo, que antecipa o valor em troca de parte do retorno futuro.

A prática foi recentemente regulamentada pela Lei Complementar nº 208/2024 e tem sido vista por alguns gestores como uma forma de reforçar o caixa municipal e aliviar a pressão orçamentária.

No entanto, o tema requer cautela e planejamento, alerta a procuradora Letícia Feres. “A securitização é uma possibilidade legal, mas envolve riscos importantes. Ela pode comprometer receitas futuras, mascarar desequilíbrios fiscais e gerar custos operacionais superiores ao benefício arrecadatário. Portanto, ainda que seja um mecanismo legal, sua adoção deve ser precedida de estudo técnico, jurídico e econômico detalhado, com foco na sustentabilidade fiscal a médio e longo prazo”, destaca.

A procuradora acrescenta que a operação não pode ser tratada como solução imediatista. “Do ponto de vista principiológico, é importante alertar para a possibilidade de que a operação oculte desequilíbrios estruturais, funcionando apenas como solução financeira imediata, mas sem atacar a raiz do problema.”

Um tema em debate nos pequenos municípios

Nos municípios de menor porte, a discussão ainda é incipiente. Corumbatá, por exemplo, estuda medidas de modernização da cobrança antes de avaliar a securitização. “É uma alternativa interessante, mas que exige análise técnica profunda. É essencial avaliar o custo efetivo da ope-



A procuradora-geral do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Dra. Letícia Formoso Delsin Matuck Feres

ração, o grau de liquidez dos créditos e o impacto sobre a autonomia financeira futura”, observa Fernanda Hebling.

Para a advogada, o momento é de fortalecer a gestão da dívida ativa, digitalizar cadastros, integrar sistemas e adotar modelos de cobrança inteligentes e proporcionais. “As possibilidades extrajudiciais de ‘negativar’ os créditos dos contribuintes vêm sendo usadas cada vez mais pelos municípios. Inscrever o contribuinte irregular nos cadastros de inadimplentes contribui para a diminuição do estoque da dívida”, pontua.

Fiscalização e responsabilidade administrativa

O Ministério Público de Contas e o Tribunal de Contas atuam de forma articulada para orientar e fiscalizar as administrações locais. Além de promover capacitações e eventos formativos, o Tribunal verifica nas prestações de contas se as prefeituras estão adotando medidas efetivas de cobrança.

“A cobrança da dívida ativa não é uma faculdade, mas uma obrigação legal. Ela está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal e é critério para aferir a boa gestão dos recursos públicos”, lembra a procuradora. ■

PRÊMIO PAR reforça parceria entre AMPPESP, SESI E FIESP e valoriza municípios que avançam na alfabetização

Reconhecimento destaca boas práticas e fortalece políticas públicas para garantir alfabetização na idade certa nas redes municipais de ensino



Foram homenageados os oito municípios que mais avançaram nos índices de alfabetização entre 2023 e 2024



Como reconhecimento, os municípios premiados recebem um laboratório educacional “SESI Maker”

A alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental é hoje um dos maiores desafios da educação brasileira. Para apoiar redes municipais e reconhecer os avanços conquistados em todo o Estado, o Sesi-SP, em parceria com a Fiesp e a AMPPESP, realizou a terceira edição do Prêmio Alfabetização Responsável (PAR), uma das principais iniciativas de valorização de políticas públicas de alfabetização em São Paulo.

A cerimônia da edição 2025 ocorreu no Teatro do Sesi-SP, na Avenida Paulista, em novembro, reunindo prefeitos, secretários municipais de educação, equipes técnicas e instituições parceiras. O evento também marcou o lançamento do Selo Fiesp Alimentar o Futuro, iniciativa que reconhece municípios e empresas comprometidos com a promoção da alimentação saudável na infância.

Educação como base do desenvolvimento

Durante a abertura, o presidente da Fiesp e do Sesi-SP, Josué Gomes da Silva, destacou a alfabetização como pilar central para a igualdade de oportunidades. “Educação é a maior alavanca para o desenvolvimento de um país. Não podemos conceber uma nação digna do seu povo sem oferecer igualdade de oportunidades. E isso só se faz por meio da educação”, afirmou. Ele ressaltou ainda o papel das parcerias com os municípios: “O PAR veio para ficar. Vocês abraçaram essa causa e construíram um alicerce robusto, essencial para qualquer sistema educacional”.

A presença e o apoio da AMPPESP

Parceira institucional do PAR, a AMPPESP reforçou sua missão de apoiar políticas de alfabetização. O presidente da entidade, Adinan Ortolan, destacou o impacto da iniciativa para os municípios de pequeno e

médio porte. “O Prêmio PAR reconhece secretários e prefeitos que estão fazendo um trabalho sério e comprometido com a alfabetização. É uma alegria para a AMPPESP fortalecer essa parceria com o Sesi-SP e contribuir para que nossas redes municipais avancem cada vez mais”, afirmou.

A entidade tem apoiado ativamente gestores na implementação de políticas educacionais, promovendo encontros técnicos, formações e suporte às secretarias municipais de educação.

Municípios premiados e avanço nos indicadores

Antes do anúncio dos vencedores do PAR 2025, foram homenageados os oito municípios que mais avançaram nos índices de alfabetização entre 2023 e 2024: Ribeirão dos Índios, Nova Independência, Catiguá, Itaporanga, Ilha Comprida, Miracatu, Catanduva e Itaquaquecetuba.

Em seguida, foram anunciados os vencedores da edição 2025 do Prêmio PAR: Sagres, Campos Novos Paulista, Riolândia, Tupi Paulista, Lins, Taquaritinga, Olímpia e Bertioga.

Cada município vencedor recebe um espaço Sesi Maker, composto por equipamentos, mobiliário e ferramentas de tecnologia educacional, além de orientação técnica especializada. Desde 2023, 16 municípios já foram contemplados, fortalecendo a aprendizagem criativa e a inovação pedagógica nas redes municipais. ■



ICMS Educacional

deve beneficiar municípios pequenos e médios

Alteração da legislação é resultado da mobilização liderada pela AMPPESP e Undime-SP; texto foi aprovado na Alesp

A mudança no modelo de distribuição do ICMS Educacional, prevista para beneficiar municípios pequenos e médios, é resultado direto de uma articulação intensa do movimento municipalista paulista. A AMPPESP (Associação dos Municípios de Pequeno e Médio Porte do Estado de São Paulo) e a Undime-SP (União dos Dirigentes Municipais de Educação) atuaram de forma decisiva para destravar a regulamentação da lei ainda na gestão Rodrigo Garcia e, agora, voltaram a pressionar o governo estadual para corrigir as distorções do modelo em vigor.

A mobilização das entidades levou o Governo do Estado a revisar a legislação vigente e encaminhar à Assembleia Legislativa (Alesp), em outubro, o anteprojeto que altera a forma de distribuição da cota-parte educacional do ICMS. O texto foi aprovado em Sessão Extraordinária realizada no dia 9 de dezembro e, até o

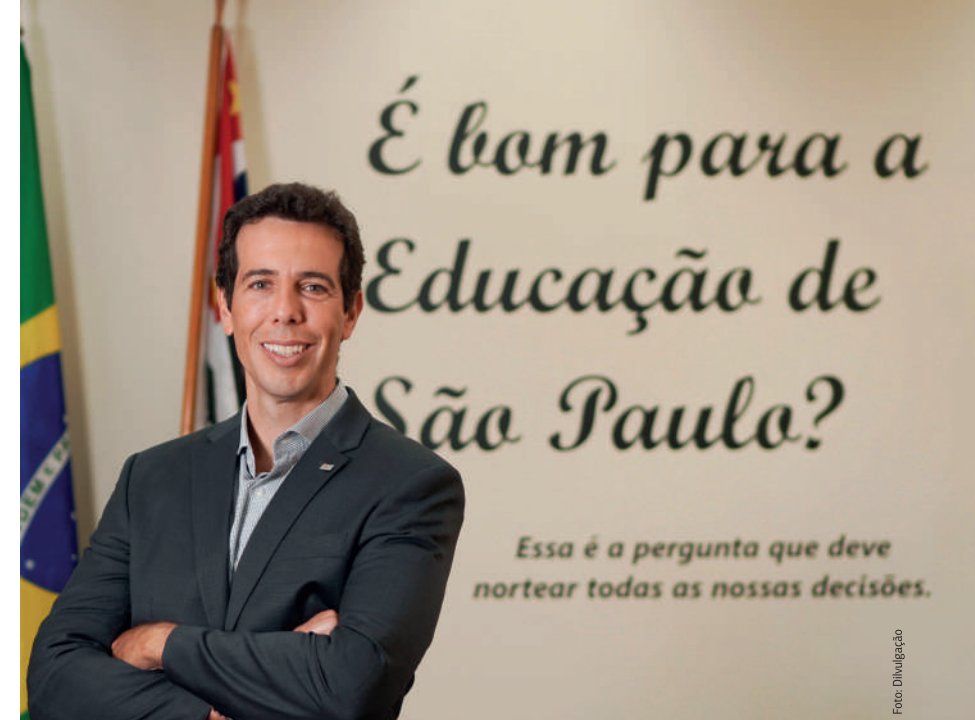
fechamento desta edição, aguardava a sanção do governador Tarcísio de Freitas.

A proposta corrige um ponto considerado crítico pelas entidades municipalistas: metade dos recursos ainda era distribuída conforme o porte populacional, o que penalizava diretamente as cidades pequenas e médias. Com a mudança, 100% dos repasses passarão a ser definidos por indicadores de aprendizagem e equidade, reconhecendo o avanço real de cada rede municipal.

Segundo a AMPPESP e a Undime-SP, esse ajuste é uma vitória importante para os municípios do interior, que há anos reivindicam um modelo mais justo e alinhado à realidade das redes menores. Após o consenso técnico entre as entidades, a Secretaria de Estado da Educação também apoiou a alteração e articulou internamente para que o governo desse aval ao projeto.

Com potencial de redistribuir mais de R\$ 800 milhões entre os municípios paulistas, o novo formato atende à Emenda Constitucional nº 108/2020, que vinculou parte do ICMS aos resultados educacionais. Para o movimento municipalista, trata-se de uma mudança estrutural que fortalece a autonomia dos municípios e valoriza o esforço realizado nas redes locais.

Para o secretário estadual da Educação, Renato Feder, “o esforço real de cada município em melhorar sua rede de ensino será reconhecido e recompensado. Cidades menores, que muitas vezes ficavam em desvantagem apenas por sua escala, agora terão acesso a mais recursos se avançarem na alfabetização, na aprendizagem e na equidade”.



Renato Feder, secretário estadual da Educação de SP

Modelo baseado em resultados e equidade

O índice que orientará a redistribuição, o IQEM (Índice de Qualidade da Educação Municipal), será composto a partir de quatro critérios:

- 40% para desempenho em alfabetização (2º ano do ensino fundamental);
- 40% para desempenho em aprendizagem nos anos iniciais (5º ano);
- 10% para equidade, considerando o nível socioeconômico dos alunos;
- 10% para o percentual de matrículas em tempo integral.

O cálculo das metas será individualizado: cada município será avaliado de acordo com a própria evolução, e não em comparação com os demais. A medida garante justiça e incentiva o progresso contínuo, sobretudo em redes menores, que poderão demonstrar avanços a partir de sua própria realidade.

Para evitar impactos abruptos, o texto estabelece um período de transição gradual entre 2026 e 2028. A Seduc destaca que o modelo foi inspirado na experiência bem-sucedida do Ceará, referência nacional em alfabetização e melhoria dos indicadores educacionais. ►

Um impulso para as cidades do interior

A mudança na legislação é uma reivindicação antiga das entidades municipalistas. A Associação dos Municípios de Pequeno e Médio Porte do Estado de São Paulo (AMPPESP) e a Undime-SP (União dos Dirigentes Municipais de Educação) participaram ativamente da elaboração da proposta, que recebeu aval do governador Tarcísio de Freitas e foi aprovada na Alesp.

De acordo com estimativas da AMPPESP, a nova lei deve garantir R\$ 400 milhões adicionais por ano aos cofres municipais, beneficiando especialmente as cidades de pequeno e médio porte. “É uma conquista muito importante. Lutamos por essa mudança que anualmente tirava dos municípios médios e pequenos cerca de R\$ 400 milhões em ICMS. Agora, além de recuperar receitas, os municípios vão se dedicar ainda mais para melhorar os indicadores de alfabetização e ensino”, destacou o presidente da AMPPESP, Adinan Ortolan.

O impacto será direto na qualidade do ensino e na sustentabilidade financeira das administrações locais. Cada cidade poderá receber, em média, R\$ 750 mil a mais por ano já a partir de 2026.

Os desafios da nova etapa

Para a Undime-SP, o ICMS Educacional representa um marco na valorização do esforço municipal. Segundo o presidente da entidade, Luiz Miguel Martins Garcia, o mecanismo tem potencial de transformar a relação entre Estado e municípios na gestão da educação.

“O ICMS Educacional é um poderoso mecanismo indutor para a melhoria da qualidade da educação, pois o bom desempenho impacta não apenas os recursos da área, mas toda a arrecadação do município. Ele reconhece e valoriza quem investe na educação e promove equidade na oferta aos estudantes. O ICMS Educação efetiva também o regime de colaboração entre Estado e municípios e alinha-se à lógica do novo Fundeb de reconhecer esforços para promover equidade e qualidade na oferta da educação”, afirma.

A Undime avalia que o novo modelo trará benefícios expressivos, mas também exigirá adaptação técnica e planejamento por parte dos gestores municipais. “Os indicadores são mais complexos e os municípios precisarão de capacidade técnica robusta para monitorar o desempenho no 2º e 5º anos, implementar políticas eficazes para aumentar as matrículas em tempo integral e, o que é um grande avanço, desenvolver ações focadas na equidade. As equipes técnicas no interior são frequentemente mais enxutas e precisarão de apoio”, completa Garcia.

Ele lembra ainda que a lei prevê uma transição gradual, o que permitirá aos municípios planejar seus investimentos. “Os gestores municipais precisam iniciar o planejamento e os investimentos imediatamente para adaptar suas redes e evitar um comprometimento abrupto de seus orçamentos em 2028”, mas destaca que o importante é que a mudança “foi um exemplo de trabalho conjunto, em regime de colaboração, que permitiu a melhoria para todo o conjunto da sociedade”, conclui.

Luiz Miguel Martins Garcia, presidente da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação)



Sobral como referência

A cidade de Sobral (CE) é um dos exemplos que inspiraram o novo modelo paulista. O município cearense transformou sua rede pública em referência nacional, justamente ao vincular políticas de incentivo à aprendizagem e à alfabetização na idade certa a resultados concretos de desempenho. Desde 2002, a cidade passou por reformas com o objetivo de garantir a qualidade da educação básica, a gestão escolar e o combate à evasão escolar. De acordo com dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e taxa de alfabetização infantil, as reformas foram um sucesso, o que colocou Sobral em destaque nacional.

Para a secretária de Educação de Sobral, professora Cynira Sampaio, o ICMS Educacional pode se tornar um motor de transformação. “Para cidades pequenas, onde cada investimento faz muita diferença, essa política cria um incentivo importante para priorizar a formação de professores, a alfabetização na idade certa e o acompanhamento pedagógico dos alunos. É um modelo que valoriza o esforço e a boa gestão, e pode gerar uma mudança de cultura nas redes municipais de ensino”, afirma.

A secretária destaca ainda que o sucesso depende de planejamento e envolvimento da comunidade escolar. “Diretores, professores, pais e alunos precisam entender o propósito do projeto educacional. Para cidades de pequeno e médio porte, essa experiência nos inspira a acreditar que é possível fazer muito mesmo com poucos recursos, desde que haja planejamento, metas claras e compromisso com a aprendizagem de cada criança, como estamos fazendo agora, com olhar atento para a inclusão”, diz.

Segundo ela, o maior desafio é garantir que os indicadores não se transformem em metas burocráticas, mas em instrumentos reais de transformação pedagógica. “O foco deve estar dentro da sala de aula. É preciso formar professores, fortalecer a gestão escolar e assegurar apoio técnico aos municípios menores. Quando Estado e municípios atuam em parceria, o ICMS Educacional deixa de ser um mecanismo de repasse e se torna um verdadeiro motor de desenvolvimento educacional.”

Um novo pacto pela qualidade da educação

Ao atrelar a distribuição dos recursos do ICMS ao desempenho e à equidade, o Estado de São Paulo aposta em uma lógica de recompensa pelo avanço educacional, e não apenas pela arrecadação. Como resume o secretário Renato Feder, “o que existe de mais transformador na educação é a capacidade de cada município de fazer a diferença na vida das suas crianças. Com o ICMS Educação, reconhecemos esse esforço e incentivamos a construção de uma cultura de excelência e responsabilidade na gestão educacional.” ■

Profª Cynira Sampaio, secretária da Educação de Sobral-CE

GUARDAS MUNICIPAIS

assumem mais responsabilidades após decisão do STF

Decisão do Supremo Tribunal Federal redefine o papel das guardas municipais, amplia suas responsabilidades na segurança urbana e reacende discussões sobre financiamento, estrutura e a adoção da nomenclatura “Polícia Municipal”.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em fevereiro deste ano, que é constitucional a criação de leis municipais que permitam às guardas municipais exercer funções de segurança urbana, incluindo o policiamento ostensivo e comunitário. O julgamento do Recurso Extraordinário 608588, de repercussão geral (Tema 656), encerrou uma disputa jurídica que se arrastava há anos e consolidou o entendimento de que as corporações municipais podem agir diante de condutas lesivas a pessoas, bens e serviços, inclusive realizando prisões em flagrante.

Pelo novo entendimento, as guardas municipais passam a integrar formalmente o sistema de segurança pública previsto no artigo 144 da Constituição Federal. O STF, no entanto, impôs limites: as corporações não podem exercer atividades de polícia judiciária,

função exclusiva das polícias Civil e Federal, e devem atuar em cooperação com os demais órgãos de segurança pública, sob controle externo do Ministério Público.

Para a diretora jurídica da Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais (Fenaguardas), Rejane Soldani Sobreiro, o momento é de consolidação. “O STF apenas reconheceu, formalmente, uma realidade já consolidada: as Guardas Municipais são polícias municipais de proximidade, fundamentais para a construção de cidades mais seguras e cidadãs”, afirma.

Apesar de trazer avanços jurídicos e institucionais para as corporações, a decisão também levanta preocupações entre os gestores locais. A Confederação Nacional

de Municípios (CNM) manifestou apreensão com os impactos financeiros da medida, alertando que as prefeituras podem ser sobrecarregadas com novas funções sem o devido repasse de recursos.

Nesse sentido, a Fenaguardas incentiva a criação de consórcios intermunicipais de segurança pública como alternativa para pequenos municípios que enfrentam restrições orçamentárias. Essa estratégia, prevista na legislação federal, permite o compartilhamento de estruturas, equipamentos e treinamento, ampliando a capacidade de resposta regional. Outra sugestão é o fortalecimento do financiamento direto da segurança municipal, com a busca de repasses federais e estaduais, já que os municípios hoje arcam, com recursos próprios, com grande parte das despesas de segurança pública, apesar da concentração tributária na União.

“As Guardas Municipais são, de fato, polícias municipais da vida, da cidadania e da paz social.” - Rejane Soldani Sobreiro

A cidade de Capivari recebeu o título de “Cidade Mais Segura do Estado de São Paulo” entre municípios de 50 a 500 mil habitantes, segundo o Instituto Sou da Paz



A diretora jurídica da Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais (Fenaguardas), Rejane Soldani Sobreiro, avalia o momento como positivo para as corporações

Além disso, a instituição recomenda que as administrações municipais adotem diretrizes claras para garantir legalidade e eficiência na atuação das guardas. Entre as orientações estão a implementação plena do Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/2014), o investimento em capacitação técnica e o fortalecimento da integração com as demais forças de segurança. “Formação e capacitação contínua, garantindo que os guardas municipais atuem de forma técnica, dentro da legalidade, respeitando os direitos humanos, com foco na mediação de conflitos e na aproximação comunitária”, destaca Rejane Soldani.

Capivari se destaca como modelo de gestão integrada

Entre os municípios que já estruturaram suas corporações dentro de um modelo técnico e integrado de segurança pública está Capivari, no interior paulista. A cidade, que recebeu o título de “Cidade Mais Segura do Estado de São Paulo” entre municípios de 50 a 500 mil habitantes, segundo o Instituto Sou da Paz (2022/2023), é apontada como referência por combinar tecnologia, inteligência policial e treinamento contínuo.

O secretário municipal de Segurança, Mauro Júnior, explica

que o avanço se deu a partir de um novo modelo de gestão. “A estratégia está focada em inteligência policial. Desde 2021, trabalhamos no novo perfil da Guarda Civil de Capivari e, desde então, estamos colhendo os frutos. Investimos fortemente em recursos humanos, inteligência, equipamentos e treinamento”, afirma.

A cidade conta com mais de 250 câmeras monitorando as vias públicas em tempo real, integradas ao Centro de Operações e Inteligência (CÓI), que coordena toda a operação da Secretaria de Segurança Pública. O sistema permite o intercâmbio de informações com o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e o programa estadual Muralha Paulista.

Segundo o secretário, a decisão do STF trouxe mais segurança jurídica ao trabalho diário. “Anteriormente, em diversas cidades da Federação, qualquer prisão em flagrante efetuada pelos Guardas Municipais — mesmo que dentro da estrita legalidade — era frequentemente objeto de discussão e questionamento por parte de defensores públicos, alguns promotores de Justiça e juízes de Direito. Essa insegurança jurídica foi superada. Graças ao reconhecimento do Supremo, as ações de policiamento ostensivo nas ruas da cidade se tornaram legítimas e le-

gais”, explica.

Após o julgamento, as guardas passaram a ser submetidas ao controle externo do Ministério Público. Em Capivari, o órgão enviou questionário com mais de 50 perguntas sobre a atuação da corporação. “Conseguimos responder a todas as questões com a mais absoluta legalidade e profissionalismo, pois nossa corporação é extremamente organizada e nos preparamos para este momento desde 2021”, conta.

Além da Guarda Civil, a Secretaria de Segurança de Capivari incorporou serviços integrados como Defesa Civil, Resgate 153, Departamento de Trânsito e patrulhamento comunitário. “Todos esses serviços estão disponíveis 24 horas e podem ser acionados por um único canal, que é o Emergência 153, podendo ser acionado via ligação, WhatsApp ou ainda através do aplicativo 153 Capivari. O serviço é bem parecido com o ‘911 emergência’ da polícia americana”, explica Mauro Júnior.

Os indicadores refletem os resultados da gestão. De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado, os furtos de veículos caíram 46% entre 2023 e 2024, e o número de prisões em flagrante e apreensões de drogas aumentou. A cidade ampliou também o número de viaturas e criou a Ronda Ostensiva Municipal (ROMU), com patrulhamento urbano, rural, canil e motocicletas, além de um veículo blindado para ações estratégicas.

Sobre as limitações orçamentárias, o secretário destacou uma das medidas adotadas: “Além do planejamento de orçamento próprio, desde 2021 consegui a captação de cerca de R\$ 3,5 milhões em emendas parlamentares (deputados estaduais e federais) que acreditaram em nosso trabalho. Uma das funções do secretário é justamente essa: buscar ativamente recursos, e isso fazemos muito bem, em conjunto com nossa equipe. É extremamente necessário firmar essas parcerias.” ▶

O secretário municipal de Segurança de Capivari, Mauro Júnior, explica que o avanço do município se deu a partir de um novo modelo de gestão



“Os prefeitos precisam enxergar que o pilar da segurança pública é essencial para o desenvolvimento de sua cidade.” - Mauro Júnior



Uma cidade que empreende é uma cidade que cresce.

O Cidade Empreendedora é um programa do Sebrae-SP que trabalha o desenvolvimento econômico dos municípios paulistas através do empreendedorismo.

O programa oferece soluções sob medida para cada município, com consultorias para lideranças municipais em diversos temas e apoio técnico especializado. O processo garante uma abordagem completa para o fortalecimento do ambiente de negócios, o estímulo à economia local e a qualificação da gestão pública.

Tudo o que seu município precisa para crescer, você encontra aqui.



Reconhecimento e novo status institucional

A decisão do Supremo ocorre em um momento em que o Congresso Nacional discute a aprovação do Projeto de Lei nº 667/2025, de autoria dos deputados Capitão Alden (PL/BA) e Delegado Bruno Lima (PP/SP), com relatoria do deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP). O texto propõe alterar o Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei nº 13.022/2014) para permitir que os municípios adotem oficialmente a nomenclatura “Polícia Municipal”, desde que atendam aos critérios do Sistema Único de Segurança Pública (Lei nº 13.675/2018).

O projeto foi aprovado na Câ-

mara dos Deputados com ampla maioria e é visto como um marco histórico pelas entidades representativas da categoria. Para Rejane Sobreiro, a alteração não é apenas simbólica. “A alteração da nomenclatura de guarda municipal para polícia municipal representa muito mais do que uma mudança simbólica: é o reconhecimento jurídico e institucional de uma realidade já consolidada em todo o país”, afirma.

A diretora jurídica lembra que as guardas já desempenham atividades de policiamento preventivo, comunitário e de proteção à vida e ao patrimônio público. “A decisão do STF abre caminho para uma nova etapa de valorização e consolidação das Polícias Municipais, com autonomia

administrativa, respaldo jurídico e integração efetiva ao sistema nacional de segurança pública. Cabe aos gestores municipais reconhecer essa oportunidade e investir na estrutura, no preparo e na valorização dos profissionais que garantem a segurança nas cidades”, explica.

A dirigente também reforça que o reconhecimento fortalece a segurança jurídica e o respeito institucional. “A adoção da denominação Polícia Municipal é uma reparação histórica e jurídica que garante segurança jurídica, isonomia institucional e valorização profissional a esses agentes públicos, alinhando a nomenclatura à função real que já desempenham em mais de 1.467 municípios brasileiros”, acrescenta. ■



☎ 0800 570 0800 🌐 www.sebraesp.com.br

📱 /sebraesp 📺 /sebraespsaopaulo

Ficou interessado?
Entre em contato com
o Escritório Regional do
Sebrae-SP mais próximo





EC 136

redefine regras dos precatórios e dá fôlego aos municípios brasileiros

Nova emenda altera pagamentos, amplia margem fiscal e reorganiza dívidas previdenciárias, trazendo alívio às administrações municipais.

A promulgação da Emenda Constitucional 136, no último dia 9 de setembro, marca uma das mudanças mais relevantes da última década na gestão das dívidas judiciais do setor público. Resultado da tramitação da PEC 66/23, a nova regra redesenha o sistema de pagamento de precatórios, cria um regime especial de parcelamentos previdenciários e redefine limites fiscais que terão impacto direto nos municípios de pequeno e médio porte.

Ao mesmo tempo em que busca preservar a responsabilidade fiscal da União, a EC 136 responde a uma demanda antiga de prefeitos, reforçada na última Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada em maio deste ano. Para a Ampesp, a medida representa um avanço histórico para os municípios brasileiros, pois vai trazer mais previsibilidade às finanças locais e ajudar a conter os impactos da chamada "indústria dos precatórios".

Um novo marco para estados e municípios

Um dos pontos centrais da emenda é o estabelecimento de limites proporcionais para os pagamentos de precatórios, de acordo com o estoque em atraso de cada ente federativo. A regra cria faixas vinculadas à Receita Corrente Líquida (RCL): municípios cujo passivo não ultrapasse 15% da RCL pagarão 1% ao ano; acima disso, os percentuais aumentam gradualmente até o teto de 5%.

O objetivo é impedir que dívidas acumuladas inviabilizem a execução orçamentária. Em caso de descumprimento, as penalidades permanecem rigorosas: o Tribunal de Justiça poderá determinar o sequestro de contas, o ente ficará impedido de receber transferências voluntárias e o gestor responderá por improbidade fiscal e administrativa. Durante a sessão solene, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, destacou que a mudança "confere maior previsibilidade às administrações locais e assegura que as obrigações determinadas pela Justiça não resultem no colapso financeiro desses entes federados."

O deputado estadual Itamar Borges afirma que a medida traz impacto positivo, aliviando a pressão entre os entes para o pagamento das dívidas

Parcelamento previdenciário: uma janela de reorganização

Outro ponto celebrado pelos municípios é a reabertura do prazo para parcelar dívidas com os regimes próprios de Previdência Social. A EC 136 autoriza o refinanciamento em até 300 parcelas, cerca de 25 anos, para débitos vencidos até 31 de agosto de 2025. A adesão exige inscrição no Programa de Regularidade Previdenciária do Ministério da Previdência Social.

Para o deputado estadual Itamar Borges, o efeito é imediato no planejamento municipal. "Ela vai permitir um prazo maior e parcelas menores para o pagamento de dívidas judiciais. Esse benefício se estende também aos estados. De uma maneira geral, alivia o orçamento municipal e permite que os prefeitos, com maior previsibilidade para pagamento das dívidas, consigam utilizar recursos que iriam para esse pagamento em investimentos que podem alavancar o desenvolvimento local."

O parlamentar destaca ainda que a reorganização das contas previdenciárias abre espaço para que gestores recuperem capacidade de investimento e reequilibrem compromissos de longo prazo.►





Hugo Motta e Davi Alcolumbre durante a sessão de promulgação da EC 136

Precatórios federais fora do limite fiscal

No âmbito da União, a emenda retira os precatórios do limite de despesas primárias do Executivo a partir de 2026, um movimento essencial para permitir que o governo atinja a meta fiscal prevista para aquele ano. A estimativa para o estoque de precatórios federais em 2026 é de cerca de R\$ 70 bilhões.

A partir de 2027, 10% desse estoque passarão a ser incorporados às metas fiscais anuais da LDO, tornando o planejamento mais gradual e menos suscetível a choques.

Desvinculação de receitas: mais flexibilidade até 2026



O deputado federal Baleia Rossi, relator da PEC que deu origem à emenda, acredita que a medida dá mais condições para os municípios serem mais independentes no exercício de suas funções

A EC 136 também altera regras de vinculação de receitas municipais: até 31 de dezembro de 2026, o percentual de desvinculação sobe de 30% para 50%. Assim, metade da arrecadação de impostos, taxas, contribuições e multas poderá ser usada livremente, sem obrigação de direcionamento para fundos específicos.

Entre 2027 e 2032, o percentual retorna para 30%, mas com uma ressalva: os superávits financeiros dos fundos municipais só poderão ser utilizados em ações de saúde, educação e adaptação às mu-

danças climáticas.

Para os municípios, uma medida de alívio e responsabilidade

Na avaliação do deputado federal Baleia Rossi, relator da PEC na Câmara, o impacto da EC 136 para as prefeituras é concreto. "O principal impacto é possibilitar maior saúde financeira para os municípios, a fim de que serviços sejam mantidos e investimentos sejam realizados. Isso porque a emenda constitucional escalona os pagamentos de dívidas, que iriam inviabilizar o funcionamento das prefeituras."

Ele ressalta que, embora a emenda não modifique o pacto federativo, reforça sua lógica de autonomia com cooperação. "A emenda vai dar mais condições para os municípios serem mais independentes no exercício de suas funções", afirma.

Responsabilidade fiscal continua essencial

Apesar do alívio previsto, a EC 136 não elimina o desafio de gestão das contas públicas. O presidente do Congresso, Davi Alcolumbre, reforçou esse ponto durante a sessão de promulgação ao afirmar que a medida "oferece uma porta de saída, uma salvação para aqueles que souberem se organizar financeiramente e aproveitar esta oportunidade para equacionar suas contas."

A aprovação da emenda também reacende o debate sobre uma nova etapa de equilíbrio no pacto federativo. Além das mudanças nos precatórios, outras pautas caminham na mesma direção de reorganizar responsabilidades e ampliar a capacidade fiscal de estados e municípios. O deputado Itamar Borges destaca a discussão de outras pautas que caminham nesse sentido. "O Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, uma iniciativa da União para que Estados, Distrito Federal e Municípios implementem ajustes fiscais, e a própria regulamentação da nova reforma tributária, que deve ocorrer no ano que vem. É uma boa oportunidade para simplificar tributos e redefinir as competências tributárias entre os entes", conclui. ■

Dalva Christofolletti Paes da Silva: a primeira-dama do municipalismo

Com 88 anos, a fundadora do Movimento de Mulheres Municipalistas e símbolo da luta municipalista brasileira segue ativa, inspirando gerações com sua história de coragem, convicção e amor pela causa pública.

Vivian Guilherme

Por décadas, o nome de Dalva Christofolletti Paes da Silva tornou-se sinônimo de municipalismo. Aos 88 anos, ela ainda trabalha diariamente na sede da Associação Paulista de Municípios (APM), onde ocupa o cargo de diretora de Relações Públicas, atendendo prefeitos, gestores e técnicos que buscam orientação em meio às constantes mudanças da legislação. Sua energia e lucidez impressionam. "Eu trabalho todos os dias lá. Tenho prazer em atender, esclarecer, ajudar. O movimento municipalista faz parte da minha vida", diz, com a serenidade e a firmeza de quem dedicou 71 anos à defesa dos municípios.

A trajetória de Dona Dalva, como é carinhosamente chamada, começou quase por acaso. Aos 17 anos, em 1954, foi premiada como a melhor aluna de sua turma no ginásio comercial da Organização Escolar Alem e no Colégio Joaquim Ribeiro, em Rio Claro. Na cerimônia de formatura, o então prefeito Fausto Santomauro se encantou com a jovem estudante e, motivado pelo desempenho excepcional da aluna, a convidou a ingressar no serviço público municipal. Para tanto, precisou até de uma lei específica aprovada pela Câmara, já que a idade mínima exigida era de 18 anos. "O prefeito fez uma lei me autorizando a prestar o concurso para a prefeitura, mesmo sem ter 18 anos. Fiz o concurso, passei em primeiro lugar, e em janeiro de 1954 comecei a trabalhar", recorda.

A partir desse gesto, nascia uma das mais longevas e respeitadas carreiras públicas do país. Funcionária da Prefeitura de Rio Claro por mais de três décadas, Dalva ocupou diversos cargos, entre eles, os de secretária de Educação, Cultura, Esportes e Turismo e secretária de Governo, acumulando experiências que seriam a base para sua atuação no cenário estadual e nacional. "Foi uma jornada muito rica para mim. Tive a oportunidade de aprender e de servir. Conheci o Brasil inteiro, fiz reuniões, defendi o movimento municipalista e a importância dos municípios. Adorei a minha vida", resume.

Dessa forma, a luta de Dalva não se limitou às fronteiras do seu município natal. Desde 1954, ela passou a frequentar as reuniões da Associação Paulista de Municípios (APM), mergulhando de vez no universo do municipalismo. Enfrentou preconceitos, resistência e discriminação, não apenas por suas firmes, mas também por ser mulher em um ambiente essencialmente masculino. "Quando comecei, ser mulher era motivo de desconfiança. Precisei de muita coragem e perseverança para continuar", relembra. ►



"Eu tenho uma admiração muito grande pela Ampesp, porque os municípios de pequeno porte têm menos recursos, até recursos materiais, mas fazem um trabalho maravilhoso. Realmente o que eles fazem é um milagre."



Cerimônia de entrega dos diplomas para as alunas do curso de corte e costura



Dalva na inauguração de uma escola no começo dos anos 70

Em sua longa caminhada, Dona Dalva teve participação fundamental na criação da Confederação Nacional de Municípios (CNM), em 1980, marco que mudou a história da representação municipal no Brasil. “A ABM, que era a entidade existente na época, passou a ser dirigida por deputados e senadores. Mas quem entende de município é o prefeito, é quem vive as dificuldades do dia a dia. Então fundamos a CNM, e foi uma luta difícil, arriscada, mas necessária”, conta. A confederação nasceu com o propósito de fortalecer a autonomia dos municípios e de fazer frente às decisões centralizadas da União. Hoje, é reconhecida mundialmente como uma das principais entidades municipalistas.

“Há quase 71 anos estou no movimento municipalista, lutando pela compreensão, principalmente do Governo Federal, que o que existe é o município, pois o Estado e União são ficções. No município, é que as pessoas perpetuam a espécie, geram riquezas, serviços, produzem, plantam, enfim, provocam fatos que fazem a vida acontecer.”

O envolvimento de Dalva com o movimento municipalista foi também um espelho da sua crença na força da mulher. Em tempos em que sequer havia banheiros femininos em reuniões oficiais, ela abriu caminhos e se impôs com voz e presença. “Em 1973, numa reunião no prédio do Senado Federal, tivemos que usar o banheiro masculino, porque não havia banheiro feminino. Hoje está diferente, mas ainda há muito o que conquistar”, lembra.

Entre tantas lutas e conquistas, ela também ajudou a idealizar, décadas depois, o Movimento de Mulheres Municipalistas (MMM), criado em 2016 e hoje coordenado nacionalmente por ela. O grupo é responsável por iniciativas como o Projeto Mulheres Seguras, em parceria com a União Europeia, referência internacional em políticas públicas voltadas às mulheres.

Mesmo após sete décadas de dedicação, Dona Dalva mantém um olhar atento sobre o presente e o futuro dos municípios brasileiros. No momento, a proposta de reforma tributária é o maior motivo de preocupação. “Se o imposto sobre consumo for cobrado no local onde o produto é con-



Recepção ao cineasta Roberto Palmari para o lançamento do filme “O Predileto” (1976) Da esquerda para a direita: 1) Prefeito Oreste Armando Giovanni; 2) Dalva Christofoletti Paes da Silva; 3) Roberto Palmari



Ato solene realizado na Assembleia Legislativa de SP em comemoração aos 80 anos de Dalva Christofoletti, em 2017

sumido e não onde é produzido, São Paulo será o estado mais prejudicado. Produzimos para o mundo, e essa mudança pode causar um desastre fiscal”, alerta. Sua posição é firme e baseada na experiência de quem acompanhou, de perto, a luta pela inclusão do município como ente federativo na Constituição de 1988. “Sofri na ditadura, participei das concentrações, lutei para que o município fosse reconhecido como parte da federação. Hoje tenho orgulho de ver o que conquistamos, mas ainda há muito a fazer.”

Ao longo dos anos, Dona Dalva também enfrentou batalhas pessoais e deixou-se guiar pela memória dos que amou. “O que me faz continuar é a lembrança do meu marido, Ben-Hur Paes da Silva, que me amou como mulher, me respeitou como profissional e me admirou como cidadã. Ele fez a diferença na minha vida. Foi ele quem mais me incentivou a seguir em frente”, emociona-se.

Com três filhos e quatro netos espalhados entre o Brasil e a Europa, Dalva se define como uma mulher realizada. “Só me faltam bisnetos agora”, brinca. “Tenho filhos e netos maravilhosos, e uma vida pela qual só posso agradecer.”

Sua lucidez e seu humor são tão notáveis quanto sua história. Ao ser chamada de “primeira-dama do municipalismo”, epíteto que ganhou do governador Tarcísio de Freitas, Dalva ri, mas reconhece o carinho. “Ele sempre diz: ‘A senhora é a primeira-dama do municipalismo brasileiro’. Antes dele, o Ulisses Guimarães dizia que eu era a mulher municipalista. Mas o Tarcísio foi quem batizou de vez. Eu adoro ele, é um querido.”

E talvez seja mesmo o título que melhor a define. Nenhuma outra mulher, em sete décadas, esteve tão presente na defesa dos municípios, dos prefeitos e das causas locais quanto Dalva Christofoletti Paes da Silva. Um nome que atravessa gerações, uma voz que não se cala e um legado que se confunde com a própria história do municipalismo brasileiro.

“Enquanto eu tiver voz, vou lutar. Então, eu estou lutando. Luto mesmo. Eles [deputados] não me aguentam mais, mas questão de ordem é um direito meu e eu vou usar enquanto tiver voz, eu vou lutar para isso”, diz, rindo. E assim ela segue firme, incansável e inspiradora, escrevendo, com paixão e coragem, os capítulos de uma vida inteira dedicada ao Brasil que começa nos municípios. ■



“Começou-se a falar em município na Constituição de 88, antes não se falava, nem ente federativo o município era. Foi na Constituição de 88, num trabalho muito grande dos municipalistas, inclusive de Lincoln Magalhães [ex-prefeito de Rio Claro], que foi um grande líder das mudanças nessa Constituição, então, mas ainda não é o suficiente.”



FOMENTA 2025

reúne mais de 500 municípios e se consolida como o maior encontro municipalista do país

Evento promovido pela Ampesp debateu finanças públicas, saúde, habitação e políticas para mulheres, com ampla participação de autoridades e gestores.



O município de Águas de São Pedro se tornou, no mês de outubro, a capital do municipalismo paulista ao sediar mais uma edição do Fomenta 2025, promovido pela Associação dos Municípios de Médio e Pequeno Porte do Estado de São Paulo (Ampesp). Realizado entre os dias 21 e 24 de outubro, no Centro de Convenções da estância, o evento reuniu mais de 500 municípios e bateu todos os recordes de público, consolidando-se como o maior encontro de gestores públicos de pequenas e

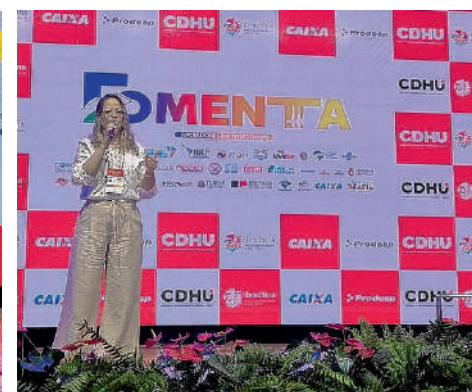
médias cidades do país.

O evento teve como tema central “Finanças Municipais: a hora da superação” e contou com a presença de prefeitos, vereadores, secretários municipais e estaduais, deputados, servidores públicos e representantes da sociedade civil e do setor privado.

Durante a cerimônia de abertura, o prefeito de Águas de São Pedro, João Victor Barboza, destacou que a cidade se consolidou como a sede do Fomenta, pois o evento já ocorre no município em

edições consecutivas. “O Fomenta é motivo de muita alegria para nós. São quatro dias de debates, painéis, exposições e intercâmbio de informações neste evento que reúne todas as cidades de pequeno e médio porte do Estado”, afirmou.

Entre os destaques da solenidade estiveram a assinatura de parcerias entre o Governo Estadual, o Desenvolve SP e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT/SP) para a realização de obras em municípios de pequeno e médio



porte. O presidente da Ampesp, José Adinan Ortolan, ressaltou o crescimento contínuo do evento. “A Ampesp cresceu bastante nos últimos anos, hoje somos 28 regionais e temos uma diretoria com 62 membros, sendo 49 prefeitos em exercício e 10 ex-prefeitos. Conquistamos parcerias como as do Governo Federal e Estadual para a realização do Fomenta”, observou.

O primeiro dia também contou com homenagens e assinaturas de termos de cooperação, como a parceria entre a Prefeitura de

Águas de São Pedro e a Fundação Casa para o programa “Depois do Amanhã”, voltado à ressocialização de jovens. O público ainda acompanhou a apresentação do Grêmio Recreativo Cultural Beneficente Escola de Samba Samuca, de Rio Claro.

No decorrer da programação, painéis temáticos abordaram questões de interesse do municipalismo. O debate “Pautas Prioritárias da Ampesp” tratou da judicialização da saúde, merenda escolar, segurança pública e re-

composição do efetivo das polícias no interior. Os prefeitos participantes defenderam a união de esforços para fortalecer o pacto federativo e garantir novos recursos às cidades.

A Carta-Compromisso da Ampesp, assinada durante o evento, reforçou o pedido de mais investimentos estaduais na área da saúde, especialmente diante do cenário em que 80% das cidades paulistas estão operando no vermelho, segundo o Tribunal de Contas do Estado (TCE/SP). ►



Outro destaque foi o painel sobre Consórcios Públicos, que apresentou experiências bem-sucedidas de municípios que se uniram para a execução conjunta de políticas públicas em áreas como meio ambiente, saúde e educação. Prefeitos e especialistas apontaram que os consórcios possibilitam redução de custos e agilidade na implementação de ações.

No terceiro dia do evento, o médico e escritor Dráuzio Varella conduziu o painel “Atenção à saúde: o papel dos gestores”, desta-

cando a necessidade de investimento em prevenção de doenças crônicas e a importância de políticas públicas voltadas ao envelhecimento saudável. O médico ressaltou que os municípios devem priorizar ações preventivas para evitar o aumento dos gastos com tratamentos de longa duração.

A programação também incluiu o painel “Empreendedorismo Feminino”, conduzido pela secretária estadual de Políticas para Mulheres, Valéria Bolsonaro, que apresentou iniciativas como o

programa São Paulo por Todas e as Carretas Mulheres de Peito, voltadas à saúde feminina. Outro debate, intitulado “Da Lei à Prática: o desafio dos municípios na proteção das mulheres”, foi mediado por Silvia Melo, presidente executiva da Uvesp, e destacou a importância de aplicar efetivamente legislações como a Lei Maria da Penha nas administrações locais.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) e o Ministério Público de Contas (MPC/SP) também estiveram presentes

com o painel “Dívida Ativa e Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) – 10 anos”, conduzido pela presidente do TCE/SP, Cristiana de Castro Moraes, e pela procuradora-geral do MPC/SP, Letícia Ferres. As palestrantes enfatizaram a importância da transparência e da boa gestão financeira nos municípios, destacando o papel do IEGM como ferramenta de orientação pedagógica e de melhoria administrativa.

O programa Casa Paulista, do Governo do Estado, também ganhou espaço no evento, com o

anúncio do aumento de 60% na Carta de Crédito Imobiliário para municípios com até 20 mil habitantes: de R\$ 10 mil para R\$ 16 mil. A medida beneficiará mais de 390 cidades paulistas, totalizando 3,1 milhões de moradores.

O encerramento do Fomenta 2025 contou com a presença do secretário estadual de Governo e Relações Institucionais, Gilberto Kassab, que destacou a importância da atuação conjunta entre municípios e Estado. “A Ampesp tem grande importância porque

ela dá musculatura aos pequenos e médios municípios. Esta atuação conjunta fortalece a luta municipalista”, afirmou.

Segundo o presidente da Ampesp, José Adinan Ortolan, a edição foi histórica. “Saltamos de 353 municípios participantes para mais de 500 cidades representadas este ano. Superou — e muito — o ano passado. Estamos extremamente satisfeitos. É um desafio porque, quando você aumenta a régua, precisa criar inovações futuras”, comentou. ■



MARILENE MARIOTTONI entrevista

Marilene Mariottone é Diretora de Relações Institucionais da AM-PPESP, jornalista e engenheira civil, foi Vereadora por 5 mandatos em Mogi Mirim, sendo a primeira mulher a presidir aquela Câmara.

Professora ANGELITA MENEGHIN ORTOLAN
– uma história em prol da educação

Diretora de Educação da AMPPESP e Assessora de Gabinete do Secretário de Educação de Limeira. Licenciada em Letras e especialista em Transtorno do Espectro Autista (TEA), é servidora efetiva licenciada em Desenvolvimento Infantil de Santa Gertrudes. Foi Secretária de Educação e do Fundo Social de Cordeirópolis (2017 a 2024) e ainda Secretária de Comunicação da UNDIME-SP (2021 a 2024). Casada com Adinan Ortolan, é mãe de Gabriela e Giovanna.

Marilene: Nas gestões do prefeito Adinan Ortolan (2017 a 2024), quais ações importantes realizou como presidente do Fundo Social e como Secretária de Educação?

Angelita: Na área da Educação, fomentamos ações em prol da Faculdade Municipal, cursos técnicos, implantação e desenvolvimento do Projeto Google for Education nas escolas e nos Centros Infantis da rede municipal de Educação de Cordeirópolis, cidade pioneira na rede pública a firmar essa parceria. Reformamos todas as unidades do Ensino Fundamental, implementamos um Projeto de Alfabetização nos bairros e criamos o Plano Municipal de Educação Antirracista. Obtivemos vários prêmios de nível nacional, dentre eles: Concurso de Boas Práticas – Google for Education, em 2018 e 2020, e o Prêmio Escola do Futuro, em 2024, pela Fundação Ulysses Guimarães. Na área social, o maior foco foi na aquisição de cadeiras de rodas, próteses, aparelhos auditivos, órteses e outros instrumentos de apoio às necessidades de pessoas com deficiência; a realização de projetos socioeducativos com as crianças e as famílias em situação de vulnerabilidade social; o apoio aos esportistas do município; e a implantação de uma sala de alfabetização para a terceira idade.

Marilene: Quais verbas e quais destinações foram obtidas com os governos federal e estadual?

Angelita: A construção de uma creche através de recurso federal e a ampliação de uma escola e a construção de uma creche com recurso estadual. Assim, zeramos a fila de espera em creches.



Marilene: O que acha da AMPPESP e qual o seu papel na entidade?

Angelita: A AMPPESP desempenha um papel fundamental no fortalecimento dos municípios paulistas, articulando políticas públicas e promovendo a integração entre gestores para que as cidades possam desenvolver soluções mais eficientes. Considero a entidade um espaço essencial de diálogo, cooperação e inovação para o aprimoramento da gestão pública municipal. Como Diretora de Educação da AMPPESP, meu papel é contribuir para que a área educacional dos municípios seja continuamente apoiada e fortalecida, garantindo que essa missão se reflita diretamente nas políticas e nas ações educacionais em todo o Estado de São Paulo. meu papel é contribuir para que a área educacional dos municípios seja continuamente apoiada e fortalecida, garantindo que essa missão se reflita diretamente nas políticas e nas ações educacionais em todo o Estado de São Paulo.

AMANDA SANTOS GONÇALVES
– o trabalho pelos mais necessitados

É a Secretária de Promoção Social de Águas de São Pedro e a Presidente do Fundo Social. Servidora pública, Amanda é casada com o prefeito João Vítor Barbosa (com ele na foto).

Marilene: Que cargo exerceu na primeira gestão do prefeito João Vítor?

Amanda: Presidente do Fundo Social do município.

Marilene: Nessa segunda gestão do prefeito João Vítor, em que exerce o cargo de Secretária Municipal de Promoção Social, além da função de presidente do Fundo Social, quais ações está implantando?

Amanda: Nessa segunda gestão, a Secretaria de Promoção Social (e o Fundo Social) de Águas de São Pedro vem implantando uma agenda bastante institucionalizada. Investe na reestruturação do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), com reforma do prédio; promove oficinas para geração de convivência e renda; realiza o planejamento para o ano de 2026; e fortalece o serviço PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família).



Marilene: O que acha da AMPPESP?

Amanda: Acho que a AMPPESP é uma instituição bastante positiva e estratégica para os municípios médios e pequenos do Estado de São Paulo. Ela tem potencial para empoderar esses municípios, ajudar na gestão, fomentar a inovação e buscar recursos de forma articulada, o que, para as prefeituras com menos estrutura, pode fazer diferença.

PREFEITA PROFESSORA GUINHA
(Avanilde Aparecida Gonzaga Canedo)
– o trabalho diário e persistente em prol da população

Primeira mulher eleita prefeita de Nazaré Paulista. Foi Vereadora de 2020 a 2024, a única na Câmara e a mais votada entre todos. Professora da rede estadual de educação por 28 anos, é casada e mãe de três filhos: Fernando, Victória e Gabriel.

Marilene: Nesse seu primeiro mandato como prefeita de Nazaré Paulista, quais ações implantou?

Prefeita Profª Guinha: Inaugurei um centro de fisioterapia, uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no bairro Vicente Nunes, reformei o centro cirúrgico do Hospital Municipal, ampliei o recinto de exposição (arquitancada e banheiros), consegui a ampliação da frota do SAMU e fizemos manutenção de todas as estradas rurais (28 bairros). Ampliei e consolidei importantes serviços de apoio às mulheres e às famílias, através da Casa da Mulher Nazareana, com cerca de 16 mil atendimentos desde a sua criação. Além das obras com recursos dos governos federal e estadual.

Marilene: Quais verbas e quais destinações obteve com os governos federal e estadual?

Prefeita Profª Guinha: Todos os programas do PAC do Governo Federal; 20 casas populares para o bairro Monte Verde; uma UBS e uma creche para o bairro do Cuiabá; um Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS). Os recursos do Governo Federal totalizaram aproximada-



mente R\$ 14 milhões. Estou com um projeto de reestruturação da Casa da Criança com verba municipal, mas a manutenção deverá contar com verbas federais e estaduais.

Marilene: O que acha da AMPPESP?

Prefeita Profª Guinha: A entidade tem um papel muito importante, principalmente para municípios como o nosso (Nazaré Paulista conta com 18.300 habitantes). Os municípios pequenos necessitam de muito auxílio e parcerias como as da AMPPESP, na busca por uma gestão eficiente. Esperamos continuar com essa parceria, que nos incentiva a um trabalho para o desenvolvimento com qualidade de vida. de vida. ■

Financiamento sustentável: como transformar seu município hoje

Desenvolve SP abre novas possibilidades para projetos verdes com o apoio do BID e do IPT

Transição climática, eventos extremos e cobrança crescente da população: prefeitos e gestores enfrentam o desafio de investir com impacto real na qualidade de vida. A boa notícia é que os municípios paulistas já contam com uma combinação poderosa para isso — crédito sustentável de longo prazo e apoio técnico especializado.

A Desenvolve SP, agência de fomento do Governo do Estado, firmou contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que destina **US\$ 110 milhões** para financiar projetos sustentáveis em todo o Estado. Os recursos ampliam a capacidade de apoio a municípios e empresas em iniciativas de **eficiência energética, energia renovável, mobilidade limpa e infraestrutura urbana inclusiva, especialmente em territórios vulneráveis**.

Entre as possibilidades de financiamento estão projetos de **saneamento e resíduos sólidos, iluminação pública**

eficiente e energia solar, mobilidade urbana de baixo carbono, cidades inteligentes, infraestrutura resiliente e reflorestamento. Mais do que financiar obras isoladas, o objetivo é apoiar planos integrados de cidade, que unam sustentabilidade, impacto social e melhor aproveitamento de recursos.

Para ajudar as prefeituras a estruturar projetos sólidos, a Desenvolve SP firmou também um convênio com o **Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)**, que oferece diagnósticos, estudos e acompanhamento técnico das obras. Assim, os municípios contam com suporte especializado desde a concepção até a entrega final.

Com o novo contrato do BID e a parceria com o IPT, a Desenvolve SP reforça seu papel de **parceira estratégica das prefeituras paulistas** na transição climática e no desenvolvimento sustentável. É hora de planejar o próximo ciclo de investimentos — e preparar sua cidade para o futuro.

Saiba mais sobre as linhas de crédito e o apoio técnico em: desenvolvesp.com.br ■

CIDADES.SP.GOV.BR CONECTA PREFEITURAS A SERVIÇOS DIGITAIS DO ESTADO

Integração ao app do Poupatempo facilita aos cidadãos a abertura e o acompanhamento de solicitações de zeladoria

O Cidades SP.GOV.BR é a plataforma digital que conecta municípios paulistas às soluções tecnológicas do Governo de São Paulo para modernizar a administração pública e facilitar o acesso da população a serviços municipais. Desenvolvido pela Prodesp em parceria com a Secretaria de Gestão e Governo Digital, o sistema organiza processos internos, integra informações e cria canais diretos de atendimento ao cidadão.

Entre os destaques está a integração com o aplicativo Poupatempo SP.GOV.BR, que reúne serviços de zeladoria urbana, como poda de árvores, iluminação pública, tapa-buracos, limpeza e manutenção de vias. As solicitações feitas pelos moradores são encaminhadas automaticamente às prefeituras integradas à plataforma, o que agiliza o atendimento e aumenta a eficiência no tratamento das demandas.

Atualmente, Boituva e Monte Azul Paulista já utilizam a solução, com fluxo de atendimento centralizado e acompanhamento digital das solicitações. Novos municípios podem aderir facilmente, ampliando sua capacidade de resposta sem a necessidade de desenvolver sistemas próprios.



Soluções que impulsionam a transformação digital de municípios paulistas foram apresentadas no Fomenta 2025

“A tecnologia precisa estar a serviço das pessoas. O Cidades SP.GOV.BR aproxima o cidadão da prefeitura e transforma processos burocráticos em soluções práticas no dia a dia das cidades”, afirma Gileno Barreto, presidente da Prodesp.

Além do módulo de zeladoria, a plataforma também oferece ferramentas de comunicação institucional, como portal oficial (CMS) e sistema de ouvidoria, fortalecendo a transparência e qualificação do atendimento municipal.

“A transformação digital na gestão municipal é sobre resolver problemas reais da população. Cada funcionalidade foi pensada para garantir mais agilidade, controle e qualidade no serviço público”, completa Gileno. ■



IBRACHINA E IBRAWORK fortalecem municípios com inovação, governo digital e políticas de smart cities

Parceria com a AMPPESP avança em tecnologia, formação e integração institucional, oferecendo aos pequenos e médios municípios acesso inédito a soluções inovadoras

Fotos: Divulgação



Firmada em 2021 e ampliada em 2023, a parceria entre AMPPESP, Ibrachina e Ibrawork tem sido um dos principais vetores de modernização das cidades de pequeno e médio porte do Estado de São Paulo. A cooperação oferece orientação técnica, aproxima gestores de soluções inovadoras e acelera processos de digitalização nas prefeituras.

O acordo oferece apoio para a adoção de tecnologias de smart cities, governo eletrônico e práticas de gestão baseadas em dados. Segundo o Instituto, a estratégia parte de uma visão integrada entre setor público, iniciativa privada, universidades e instituições internacionais, especialmente da China, para compartilhar referências de cidades como Barcelona, Nova York e polos chineses de inovação.

A parceria ganha força dentro do AMPPESP Fomenta, que passou a incluir painéis sobre cidades inteligentes e inclusivas conduzidos por Thomas Law e Guilherme Hoppe, CTIO do Ibrawork. As discussões vêm promovendo networking entre gestores municipais e empresas capazes de atender demandas reais das prefeituras. Como desdobramento, o programa i9+Cidades se tornou uma plataforma prática para conectar prefeitos a startups e soluções aplicáveis ao cotidiano da gestão pública.

Outra frente essencial da cooperação é o apoio à adequação das cidades à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Presidido por Thomas Law, doutor em Direito e autor de estudo comparado sobre a LGPD e o modelo chinês, o Ibrachina tem auxiliado prefeituras a estabelecer políticas de segurança da informação e



a avançar na digitalização de processos administrativos.

Os efeitos já são visíveis: mais cidades têm buscado tecnologias para manutenção preditiva, sensores IoT, monitoramento urbano, iluminação inteligente, sistemas de dados para políticas públicas e ferramentas de conectividade. Startups apoiadas pelo Ibrawork já participaram de rodadas de aceleração e até receberam oportunidades de internacionalização.

Para o ecossistema Ibrachina-Ibrawork, a vocação municipalista é clara: “agir em prol das cidades, onde as pessoas moram, estudam, trabalham e se divertem”. Entre as prioridades estão promover cidades sustentáveis, apoiar gestores na inovação, fortalecer redes de cooperação e acelerar a implementação do ODS 11 da Agenda 2030.

A cooperação reafirma o papel da AMPPESP como articuladora de soluções e demonstra que cidades de pequeno e médio porte têm condições reais de adotar tecnologia, aprimorar a gestão e melhorar a entrega de serviços públicos.■



EXPEDIENTE

REDATORA-CHEFE:
Carla Hummel

REDAÇÃO:
Lucas Calore e Vivian Guilherme

PROJETO GRÁFICO:
Karina Zilah da Fonseca

IMPRESSÃO:
EGB – Editora Gráfica Bernardi Ltda

TIRAGEM:
30.000 exemplares

CIRCULAÇÃO:
Estado de São Paulo

HOME PAGE:
www.jornalcidade.net

E-MAILS:
redacao@jcrioclaro.com.br
vendas@jcrioclaro.com.br

FALE COM O JC:
(19) 3526-1000 / (19) 3526-1001

FALE COM A REDAÇÃO:
(19) 99942-4100

Uma publicação do
GRUPO JC DE COMUNICAÇÃO

Avenida 5, 283 - Rio Claro – SP
CEP 13500-380

DIRETORES GRUPO JC:
Aline Beatriz Pezzotti de Magalhães Ceron
Luis Augusto Pezzotti de Magalhães
Luis Eduardo Pezzotti de Magalhães

AMPPESP - Diretoria:

Nome	Cargo Eletivo/Profissional Atual	Cargo na AMPPESP
José Adinan Ortolan	Ex-Prefeito de Cordeirópolis	Presidente
João Victor Barboza	Prefeito de Águas de São Pedro	Vice-Presidente
Fabio Polidoro	Prefeito de Pedreira	Secretário Geral
Ruy Fávoro	Ex-Prefeito de Dois Córregos	Secretário Geral Adjunto
Leandro Martinez	Ex-Prefeito de Corumbataí	1º Tesoureiro
Maria Clélia Pichelli	Prefeita de Itapuí	2º Tesoureira
Pedro Franco	Prefeito de Engenheiro Coelho	Conselho Fiscal - Titular
Jordão Antônio Vidotto	Prefeito de Óleo	Conselho Fiscal - Titular
Hélio Franzol Bernardino	Prefeito de Saltinho	Conselho Fiscal - Suplente
Diego Heron Pinheiro	Ex-Prefeito de Ipeúna	Conselho Fiscal - Suplente e Diretor de Saúde
Victor Maruyama	Prefeito de Barra do Turvo	Vice-Presidente Regional (Registro) e Diretor de Agronegócio
Anderson Ferreira	Prefeito de Macatuba	Vice-Presidente Regional (Bauru)
Yan Lopes	Prefeito de Caçapava	Vice-Presidente Regional (São José dos Campos)
Mario Pires de Oliveira Filho	Prefeito de Ibiúna	Vice-Presidente Regional (Sorocaba)
Cláudia Botelho	Ex-Prefeita de Estiva Gerbi	Vice-Presidente Regional (Campinas)
Adriano Marçal	Prefeito de Gavião Peixoto	Vice-Presidente Regional (Araraquara)



Leonardo Caressato Capitelli	Prefeito de Serrana	Vice-Presidente Regional (Ribeirão Preto)
Ciro Costa	Prefeito de Santa Adélia	Vice-Presidente Regional (São José do Rio Preto)
Walter Rodrigo Silva	Prefeito de Queiroz	Vice-Presidente Regional (Araçatuba)
Bárbara Medeiros Vilches	Prefeita de Presidente Venceslau	Vice-Presidente Regional (Presidente Prudente)
Marco Aurelio Oliveira Pinheiro	Ex-Prefeito de São Pedro do Turvo	Vice-Presidente Regional (Marília)
Elson Gomes dos Santos	Prefeito de Cristais Paulista	Vice-Presidente Regional (Franca)
Marcelo Otaviano dos Santos	Ex-Prefeito de Monte Azul Paulista	Vice-Presidente Regional (Barretos)
Mateus Freitas	Prefeito de Guapiara	Vice-Presidente Regional (Itapeva)
Rodolfo Rodrigues Marcondes	Prefeito de Salesópolis	Vice-Presidente Regional (Grande São Paulo)
Josias Zani Neto	Prefeito de Santa Maria da Serra	Vice-Presidente Regional (Metropolitana de Piracicaba)
Felipe Antônio Colaço Bernardo	Prefeito de Peruíbe	Vice-Presidente Regional (Santos)
Paulo Alberto Finamore	Prefeito de Louveira	Vice-Presidente Regional (Metropolitana de Jundiaí)
Julião Cesar Mori Vechiatto	Prefeito de Ouro Verde	Diretor Regional - Dracena
Fábio Luiz Florentino de Faria	Prefeito de Flora Rica	Diretor Regional - Adamantina
Lió Neto	Prefeito de Sud Mennucci	Diretor Regional - Andradina
Paulo Henrique Miotto	Prefeito de Vitória Brasil	Diretor Regional - Jales
Priscila Tatiana Dias Massoni	Prefeita de Turmalina	Diretora Regional - Fernandópolis
Acácio Tardoque Ferreira	Prefeito de Macaúbal	Diretor Regional - Votuporanga
Reni Aparecida da Silva	Prefeita de Irapuã	Diretora Regional - Catanduva
Mireli Martins	Prefeita de Orindiúva	Diretora Regional - São José do Rio Preto
Tais Contieri	Prefeita de Cafelândia	Diretora Regional - Lins
Marcos Bilancieri	Prefeito de Boracéia	Diretor Regional - Jaú
Rafael Lima Fernandes	Prefeito de Agudos	Diretor Regional - Bauru
Marcelo Pecchio	Ex-Prefeito de Quatá e Presidente do SIVAP	Diretor Regional - Tupã
Marta Patrícia Stonis da Costa	Prefeita de Iepê	Diretora Regional - Presidente Prudente
João Altarugio Filho	Prefeito de Corumbataí	Diretor Regional - Rio Claro
José Benedito Camacho	Prefeito de Ibirarema	Diretor Regional - Assis
Wilson Garcia	Prefeito de Bernardino de Campos	Diretor Regional - Ourinhos



André Braga	Prefeito de Porto Ferreira	Diretor Regional - São Carlos
Paulo Roberto Martins	Prefeito de Manduri	Diretor Regional - Avaré
Edson Marcusso	Prefeito de Boituva	Diretor Regional - Itapetininga
Leonardo Teixeira Spiga Real	Prefeito de Tambaú	Diretor Regional - São João da Boa Vista
José Rafael Vezzan	Prefeito de Monte Alegre do Sul	Diretor Regional - Bragança Paulista
Gustavo Zanin Lucena Famadas	Prefeito de Canas	Diretor Regional - Guaratinguetá
Milton Teixeira	Economista e Especialista em Tributação	Diretor de Política Fiscal
Angelita Meneghin Ortolan	Ex-Secretária da Educação de Cordeirópolis	Diretora de Educação
Paulo Martiniano	Ex-Secretário de Cultura	Diretor de Cultura
Marilene Mariottoni	Jornalista e Engenheira Civil	Diretora de Relações Institucionaiszz
José Nazareno Zezé Gomes	Prefeito de Hortolândia	Diretor de Mobilidade Urbana
Vitor Ricomini	Prefeito de Capivari	Diretor de Segurança Pública
Fernando Fiori	Ex-Prefeito de Holambra	Diretor de Habitação
Thomas Law	Presidente do Ibrachina	Diretor de Relações Internacionais
Fernanda Letícia Hebling da Silva	Secretária Municipal de Negócios Jurídicos	Secretária Municipal de Negócios Jurídicos
Leca Berto	Prefeita de Brotas	Diretora de Mulher
Joice Berni	Vice-Prefeita de Tupã	Diretora de Pessoa com Deficiência e Transtorno Autista
Diego Fabiano	Vereador de Cordeirópolis	Diretor de Política de Igualdade Racial
Frank Gonçalves	Presidente da Câmara de Iepê	Diretor de Políticas para a Juventude
Fátima Celin	Professora e Ex-Vice-Prefeita de Cordeirópolis	Diretora de Políticas para Criança e Adolescente
Marcelo Fortes Barbieri	Ex-Deputado Federal e Ex-Prefeito de Araraquara	Diretor de Inovação Tecnológica e Inteligência Artificial
Marcos Domingos	Prefeito de Iporanga	Diretor de Turismo
Hellen Cristina Rubini Teixeira	Coordenadora da Rede de Parcerias no Estado de São Paulo	Diretora de Convênios
Dr. Marcelo Palaveri	Advogado	Diretor da Consultoria Jurídica
Oscar Grossi	Ex-prefeito de Tarumã	Diretor de Mudanças Climáticas
Rafa Vezzan	Prefeito de Monte Alegre do Sul	Diretor de Esportes e Lazer
Antonio Carlos Abuabud Junior	Prefeito de Santa Lucia	Diretor de Desenvolvimento Social



Congresso estadual de municípios,
reunindo gestão pública, tecnologia e
integração entre cidades e parceiros.



AMPPESP

Associação dos Municípios de Médio e Pequeno Porte do Estado de São Paulo



**AMPPESP
NA**



Circuito regional de fevereiro a outubro,
levando inovação e soluções para
municípios em 12 regiões do Estado.



FAÇA PARTE DA AMPPESP

Municípios filiados integram uma rede que capacita gestores, promove eventos e **amplia oportunidades de desenvolvimento e representatividade.**

AMPPESP.COM.BR